



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

LUCAS DE QUEIROZ FERREIRA

**EMPREGO E RENDA NO MARANHÃO: uma interpretação sobre as transformações
socioeconômicas observadas entre 2012 e 2022**

SÃO LUÍS

2025

LUCAS DE QUEIROZ FERREIRA

**EMPREGO E RENDA NO MARANHÃO: uma interpretação sobre as transformações
socioeconômicas observadas entre 2012 e 2022**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da
Universidade Federal do Maranhão - UFMA, para a
obtenção do título de mestre em Desenvolvimento
Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Sousa Brito

Coorientadora: Prof. Dra. Vanessa Ragone Azevedo

SÃO LUÍS

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Lucas de Queiroz.

EMPREGO E RENDA NO MARANHÃO : uma interpretação sobre as transformações socioeconômicas observadas entre 2012 e 2022 / Lucas de Queiroz Ferreira. - 2025.

72 f.

Coorientador(a) 1: Vanessa Ragone Azevedo.

Orientador(a): Alexsandro Sousa Brito.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Mercado de Trabalho. 2. Desocupação. 3. Desalento. 4. Inatividade. 5. Informalidade. I. Azevedo, Vanessa Ragone. II. Brito, Alexsandro Sousa. III. Título.

LUCAS DE QUEIROZ FERREIRA

**EMPREGO E RENDA NO MARANHÃO: Uma interpretação sobre as transformações
socioeconômicas observadas entre 2012 e 2022**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da
Universidade Federal do Maranhão - UFMA, para a
obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento
Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Sousa Brito

Coorientadora: Prof. Dra. Vanessa Ragone Azevedo

Aprovado em: 15/01/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro Sousa Brito (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Vanessa Ragone Azevedo (Coorientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Danielle de Queiroz Soares (1º Examinador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. John Kennedy Ferreira (2º Examinador)

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus. Nestes dois anos, ele me transformou em uma pessoa melhor, me concedendo calma e equilíbrio para seguir em frente. Jamais esquecerei das inúmeras vezes em que segurou minha mão quando mais precisei e esteve ao meu lado mesmo quando eu menos merecia. Toda honra e toda glória sejam dadas a ele, pois sem sua presença, não teria chegado até aqui.

Agradeço também aos meus pais, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando da forma que podiam. Sou profundamente grato por tudo e sempre serei. Amo vocês!

À minha noiva, que compartilha comigo cada momento, agradeço a Deus por tê-la em minha vida. Tudo o que passamos juntos fortaleceu meu caminho até aqui. Obrigado por ser meu porto seguro, por toda ajuda e orações. Você é essencial na minha vida, e se concluí esta dissertação, foi em grande parte graças ao seu apoio incondicional. Desde que você entrou na minha vida, só tenho motivos para sorrir. Te amo!

Sou imensamente grato às pessoas que foram fundamentais nesta jornada e tornaram possível a conclusão do meu mestrado. Agradeço aos meus amigos: Gabriel, por sua indicação no momento certo; Junior Mascarenhas, sempre solícito desde a graduação; e Brendha, pelo apoio e dedicação constantes. No mestrado, expressei minha sincera gratidão a Tiago Garcês, por seu companheirismo e parceria inestimáveis. Sem o apoio de cada um, esta conquista não teria sido possível.

Agradeço ao meu orientador, professor Alex, que me aceitou como orientando e me guiou até este momento. Seu auxílio e ensinamentos foram de imenso valor ao longo desta jornada. Saio deste mestrado uma pessoa melhor e com muita experiência adquirida por meio do contato com um profissional de excelência na área da economia. À professora Vanessa, minha coorientadora, expressei minha gratidão pelo apoio, orientação e incentivo.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro, por meio da bolsa concedida, que foi fundamental para a concretização deste trabalho. Estendo meus agradecimentos à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pela infraestrutura oferecida e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE), que proporcionou as condições necessárias para a realização deste curso.

“É triste falhar na vida, porém mais triste ainda é não tentar vencer”.

Franklin D. Roosevelt

RESUMO

Considerando a importância do emprego e sua influência direta na saúde social de um país, compreender os padrões de trabalho é fundamental, pois facilita o acesso dos indivíduos a direitos e oportunidades de desenvolvimento. Assim, este estudo analisou as principais transformações socioeconômicas no mercado de trabalho do Maranhão entre 2012 e 2022, adotando uma abordagem quantitativo-descritiva. A pesquisa explorou as dinâmicas do emprego no estado, fundamentando-se em referências teóricas sobre o mercado de trabalho e suas transformações estruturais. Foram utilizados dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), realizada trimestralmente pelo IBGE, complementados por uma revisão bibliográfica. As variáveis analisadas incluíram indicadores como taxa de desocupação, taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, além da taxa de desalento, participação na força de trabalho, informalidade, composição da força de trabalho, participação feminina e diferenças salariais de gênero. Os resultados indicaram que a taxa de desocupação não refletiu adequadamente a realidade local, uma vez que muitos trabalhadores migraram para a inatividade em vez de permanecerem como desocupados, o que foi evidenciado pelo aumento da taxa de desalento. Outro achado relevante foi a melhoria relativa do rendimento feminino, apenas em cenários de queda na média salarial do setor privado. Além disso, observou-se uma redução na informalidade, embora os níveis continuem elevados. Fatores como a falta de investimentos, crises econômicas, reforma trabalhista, história local e desafios estruturais regionais, como deficiências em infraestrutura e educação, foram obstáculos significativos ao desenvolvimento sustentável do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, taxa de desocupação, desalento, inatividade, informalidade.

ABSTRACT

Considering the importance of employment and its direct influence on the social health of a country, understanding work patterns is fundamental, as it facilitates individuals' access to rights and development opportunities. Thus, this study analyzed the main socioeconomic transformations in the Maranhão labor market between 2012 and 2022, adopting a quantitative-descriptive approach. The research explored the dynamics of employment in the state, based on theoretical references about the labor market and its structural transformations. Secondary data from the Continuous National Household Sample Survey (PNADc), carried out quarterly by IBGE, were used, complemented by a bibliographical review. The variables analyzed included indicators such as unemployment rate, combined unemployment rate and potential workforce, in addition to the discouragement rate, labor force participation, informality, workforce composition, female participation and gender wage differences. The results indicated that the unemployment rate did not adequately reflect the local reality, since many workers migrated to inactivity instead of remaining unemployed, which was evidenced by the increase in the discouragement rate. Another relevant finding was the relative improvement in female income, only in scenarios of a drop in the average salary in the private sector. Furthermore, a reduction in informality was observed, although levels remained high. Factors such as lack of investment, economic crises, labor reform, local history and regional structural challenges, such as deficiencies in infrastructure and education, were significant obstacles to the sustainable development of the labor market.

Keywords: Labor market, unemployment rate, discouragement, inactivity, informality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de desocupação no Brasil e Nordeste (Índice 100 =1T2012)	33
Gráfico 2 – Taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial entre Brasil e Nordeste (Índice 100 = 1T2012)	34
Gráfico 3 – Taxa de desalento (Índice 100=1T2012)	36
Gráfico 4 – Taxa de participação na força de trabalho (%).....	37
Gráfico 5 – Proporção entre a informalidade do Nordeste e do Brasil (%).....	38
Gráfico 6 – Variação absoluta e relativa trimestral da força de trabalho ocupada do Brasil.....	39
Gráfico 7 – Força de trabalho ocupada do Nordeste, por mil (Índice100=1T2012)	41
Gráfico 8 – Força de trabalho - ocupada (%).....	44
Gráfico 9 – Taxa de participação na força de trabalho - MA (%).....	45
Gráfico 10 – Taxa de desocupação (%).....	46
Gráfico 11 – Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial - Maranhão (%).....	47
Gráfico 12 – Taxa de informalidade - MA (%).....	48
Gráfico 13 – Força de trabalho desocupada, por mil (MA)(índice100=1T2012)	51
Gráfico 14 – Proporção das mulheres ocupadas em relação a quantidade de homens no Maranhão (%).....	52
Gráfico 15 – Percentual de pessoas desalentadas no Maranhão (%).....	54
Gráfico 16 – Quantidade de pessoas desalentadas do Maranhão (2012-2022) (%).....	56
Gráfico 17 – Rendimento do setor privado (Média móvel=3TRI) x Proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (Média móvel=3TRI).....	57

Gráfico 18 – Nível de informalidade - conta própria (Índice100=1T2012) x nível de informalidade - conta própria (Média móvel=3TRI).....	58
Gráfico 19 – Nível de informalidade do setor privado (média móvel=3TRI) x Nível de informalidade do setor privado (Índice100=1T2012)	59
Gráfico 20 – Taxa de desalento - MA x Taxa de participação na força do trabalho - MA (%).....	62

LISTA DE SIGLAS

COVID-19	Pandemia do Coronavírus
GAPE	Grupo de Análise da Política Econômica
IA	Inteligência artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor Individual
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	Pessoa economicamente ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SM	Salário Mínimo
WIQ	World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DETERMINANTES DO EMPREGO: ASPECTOS TEÓRICOS E PESQUISAS RECENTES SOBRE O MARANHÃO.....	16
2.1	Os determinantes macroeconômicos do emprego.....	16
2.2	Fatores microeconômicos que influenciam o nível do emprego	19
2.3	O que dizem as pesquisas recentes sobre o Emprego no Maranhão?	23
2.4	Considerações metodológicas.....	29
3	DINÂMICA DO EMPREGO NO MARANHÃO	31
3.1	Sobre Brasil e Nordeste	31
3.2	Tendências e desafios do emprego no Maranhão	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

O Maranhão, por muitos anos, apresentou indicadores econômicos e sociais desfavoráveis quando comparado com o restante da Região Nordeste, que, por sua vez, já enfrentava desafios significativos em relação ao contexto nacional. Esse quadro de desigualdade exigiu uma análise mais aprofundada das transformações no mercado de trabalho do estado, pois o emprego é um dos principais vetores de mudança social. Dessa maneira, sua evolução pode ser vista como uma possível chave para a superação das dificuldades estruturais que afetam o Maranhão, melhorando a qualidade de vida da população e as condições socioeconômicas.

Nesse contexto, a reflexão de Furtado (2005) sobre o subdesenvolvimento ajuda a compreender as raízes desse cenário, destacando que a ausência de premissas históricas essenciais ao desenvolvimento nas economias periféricas é um dos principais fatores que explicam as desigualdades enfrentadas pelo Maranhão. Segundo Furtado (2005), o subdesenvolvimento ocorre devido à ausência de premissas históricas essenciais ao desenvolvimento nas economias periféricas.

Esse fator explica as desigualdades no Estado, que dificultam a inovação e o progresso técnico, além de reforçar sua condição de economia dependente, tanto no que diz respeito aos programas de transferência de renda quanto à sua posição de inferioridade dentro do Nordeste. O autor apontou que esse processo resulta tanto de fatores externos, que podem ser relacionados à sua origem histórica, quanto da subordinação comercial a economias mais desenvolvidas.

Furtado (2005) também apontou que as escolhas políticas internas, ao privilegiarem a reprodução dos padrões de vida dos países desenvolvidos em detrimento de um desenvolvimento independente, agravaram o subdesenvolvimento e seus reflexos no mercado de trabalho. De acordo com o autor, a tentativa das elites locais de reproduzir o modo de vida das economias centrais resultou na manutenção da exclusão social e da dependência econômica. Essa abordagem reforçava as assimetrias sociais e impedia a integração da população a níveis mais elevados de bem-estar.

Nesse sentido, as ideias de Furtado (2005) sobre a reprodução de padrões de vida dos países desenvolvidos ajudam a contextualizar as dinâmicas de emprego no Maranhão, que revelam inconsistências estruturais, como a taxa de desemprego inadequada, a queda na participação da força de trabalho e a persistente informalidade, embora com algumas melhorias recentes. A diminuição da informalidade pode ser explicada, em parte, pela migração de trabalhadores para a inatividade, refletindo o enfraquecimento do mercado de trabalho e o aumento

do desalento. Essa situação exigiu uma análise detalhada, não apenas dos números, mas das condições estruturais que perpetuam esses desafios.

Além disso, é importante ressaltar que, embora a taxa de desocupação feminina tenha sido consistentemente inferior à masculina ao longo do período analisado, os rendimentos das mulheres só apresentaram ganhos quando o rendimento médio do setor privado diminuiu, resultando em progressos insatisfatórios na redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Essa falta de avanço substancial indica que a questão da desigualdade de gênero, apesar de ser um tema amplamente discutido, continua sendo um desafio relevante para o estado.

Assim, este estudo buscou responder à seguinte problemática: Quais são as principais transformações socioeconômicas no mercado de trabalho do Maranhão ao longo da última década? A justificativa para esta pesquisa reside em sua importância tanto científica quanto social, pois contribuirá para a identificação de mudanças e continuidades no mercado de trabalho maranhense. Entre os aspectos investigados, destacam-se fatores ligados ao desempenho dos principais indicadores de emprego ao longo do período.

Dessa forma, este estudo buscou responder a essa questão ao analisar as principais transformações socioeconômicas no mercado de trabalho do Maranhão, com base em observações trimestrais da última década (2012.1 a 2022.4). Para atingir esse objetivo principal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar as principais mudanças e padrões na dinâmica do emprego, analisar o desempenho dos principais indicadores de emprego no período e verificar os fatores que influenciaram o mercado de trabalho no Maranhão, além de apresentar os desafios e identificar oportunidades para impulsionar o desenvolvimento do emprego no estado.

Para atingir esses objetivos, foi necessário adotar uma abordagem metodológica específica, a qual envolveu uma revisão da literatura sobre o tema e uma análise quantitativa-descritiva dos dados disponíveis. Dados trimestrais disponíveis da PNAD Contínua (PNADc) do IBGE foram utilizados, abrangendo o período de 2012 a 2022. A ação central da pesquisa consistiu em coletar informações atualizadas sobre os principais indicadores de emprego, permitindo uma análise das tendências no estado do Maranhão durante o período escolhido e maior compreensão das dinâmicas locais.

Com isso, ao longo do artigo, foram empregadas expressões como "emprego", "trabalho", "postos de trabalho" e "ocupação" de forma correlata, reconhecendo-se as distinções conceituais entre esses termos. No entanto, para os fins deste estudo, tratá-los como sinônimos não comprometeu a qualidade das análises e interpretações realizadas.

A partir disso, o trabalho está estruturado em quatro partes, iniciando-se com esta introdução e finalizando com as considerações finais. O primeiro capítulo abordou os fundamentos teóricos sobre emprego, subdividindo-se em quatro subseções: determinantes macroeconômicos, determinantes microeconômicos, resultados de pesquisa do Maranhão e considerações metodológicas. O segundo capítulo apresentou a dinâmica do emprego no Maranhão, começando com uma contextualização da situação na região Nordeste e no Brasil.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DETERMINANTES DO EMPREGO: ASPECTOS TEÓRICOS E PESQUISAS RECENTES SOBRE O MARANHÃO

Este trabalho buscou compreender teoricamente os determinantes do mercado de trabalho, destacando os aspectos macroeconômicos, microeconômicos e históricos, entre outros. Para isso, informações de diversos autores que ressaltam a importância de analisar as mudanças no mercado de trabalho foram reunidas, com ênfase na tendência de crescimento econômico, em vez de nos ciclos específicos. Nesse contexto, é fundamental considerar a estrutura histórica do mercado de trabalho, pois ela exerceu uma influência significativa sobre essas transformações.

Com base nisso, serão apresentados elementos que se alinham à proposta de analisar as transformações socioeconômicas do Maranhão, buscando compreender a inserção dos trabalhadores nas atividades econômicas. Essa inserção é um dos determinantes fundamentais para a contenção das desigualdades e das condições sociais desvantajosas existentes na sociedade, uma vez que o rendimento do trabalho representa a principal parcela da renda total das famílias, conforme dados do IBGE (2023a).

Assim, a próxima seção apresentará uma análise de autores clássicos que evidenciam a dependência do emprego, do ponto de vista agregado, em relação ao nível de investimento. Esse enfoque visa fornecer subsídios para o conteúdo discutido, ao mesmo tempo em que oferece uma perspectiva sobre as questões relevantes ao contexto maranhense.

2.1 Os determinantes macroeconômicos do emprego

Segundo David Ricardo (1817), o investimento não era movido por expectativas, como Keynes argumentaria mais tarde, mas pelas forças de mercado e pela distribuição da renda entre as classes sociais. Para Ricardo, os proprietários de terra capturavam uma parcela crescente dos lucros à medida que a terra se tornava mais escassa, enquanto os trabalhadores recebiam apenas o salário necessário para sua subsistência.

Dessa forma, a renda aumentava apenas para os proprietários de terra, enquanto os lucros dos capitalistas eram pressionados. Isso não favorecia o emprego, já que, sem o investimento dos capitalistas, seria impossível expandir a capacidade produtiva e aumentar a demanda agregada, composta também pelos salários dos trabalhadores. Nesse cenário, poderia ocorrer uma estagnação econômica, à medida que os lucros dos capitalistas fossem absorvidos pela renda da terra.

Essa análise converge com as ideias de Keynes (1983), que propôs que as flutuações no nível de investimento são influenciadas pela demanda agregada, a qual determina os níveis

de produção e emprego. Em síntese, o autor valorizava as expectativas otimistas de lucros futuros como fator decisivo nas decisões de investimento. Ou seja, com mais investimentos, mais empregos seriam gerados, resultando em um aumento do nível de produção, renda, consumo e poupança.

A partir disso, o autor argumentou que o nível real de produção e emprego não depende apenas da capacidade produtiva ou do nível de renda existentes, mas, principalmente, das decisões atuais de produção, fundamentadas nas expectativas futuras. Entretanto, o autor destacou que o investimento é vulnerável às incertezas, pois envolve decisões sobre o futuro e essa imprevisibilidade está presente em períodos de depressão, onde perspectivas pessimistas de lucros gerarão frustrações na indústria de bens de capital, resultando em queda no emprego e na renda, e, conseqüentemente, em uma redução nos níveis de consumo e poupança (Keynes, 1983).

Nesse contexto, Keynes (1982) e Kalecki (1983) afirmaram que a intervenção do estado seria ideal para sustentar os níveis de atividade econômica. Isso poderia ser alcançado por meio do financiamento do poder de compra adicional, fornecido pelo sistema bancário a taxas de juros compatíveis com a rentabilidade dos investimentos que recebem apoio estatal.

Sob essa ótica, Minsky (1992) sustentou que os bancos desempenham um papel fundamental na definição das condições de financiamento de uma economia e na determinação do nível de atividade econômica. Essa perspectiva complementa a argumentação de Keynes (1982) e Kalecki (1983) sobre a importância da intervenção do estado, destacando como o sistema financeiro pode facilitar o investimento e estimular o crescimento econômico, especialmente em períodos de incerteza.

Assim, Keynes (1982) enfatizou que as preocupações com o comportamento futuro tornam-se a principal fonte de instabilidade nos investimentos e, conseqüentemente, no nível de emprego. De maneira similar, Kalecki (1983) argumentou que o padrão de consumo dos capitalistas pode ser alterado a longo prazo, influenciado pelas características psicológicas de consumo da sociedade, o que introduz incertezas nas decisões de investimento.

Assim como Keynes (1982), Kalecki (1983) destacou a influência da demanda efetiva na distribuição da renda e ressaltou que a determinação do nível de atividade econômica depende fundamentalmente da demanda agregada. Para que a produção gere renda, é crucial que seja plenamente realizada. Essa interconexão entre demanda agregada, comportamento dos agentes e estabilidade econômica reforça a importância de políticas que incentivem o investimento e o consumo em um ambiente de incerteza.

Dessa forma, pode-se concluir que o aumento da produção está diretamente

relacionado ao crescimento do volume de emprego e dos salários, resultado do investimento dos capitalistas, que se baseia nas expectativas futuras de seus empreendimentos, influenciadas por fatores de natureza psicológica. Assim, quanto maior a produção, maior será a utilização da força de trabalho e, conseqüentemente, o montante de salários. Logo, esses salários dependem não apenas da produção, mas também dos investimentos e do consumo dos capitalistas.

Nesse contexto, o emprego é sempre derivado da demanda efetiva, pois reflete as decisões autônomas dos agentes sobre o quanto estão dispostos a gastar, fundamentadas em suas expectativas. Conclui-se, portanto, que o aumento da participação dos salários na renda pode estimular as decisões de gasto dos capitalistas, especialmente na forma de investimentos. Embora os capitalistas não possam alterar diretamente o que ganham, eles têm controle sobre o que gastam, seja em consumo ou em investimento.

Sendo o investimento a variável estratégica na explicação do nível de atividade econômica, ele influencia, por meio do efeito multiplicador, o volume geral dos gastos, ou seja, a demanda efetiva, e, conseqüentemente, a renda nacional em um determinado ano. Essa variável, ao se somar ao estoque de capital existente, amplia a capacidade produtiva e possibilita o crescimento econômico a longo prazo.

Nesse sentido, assim como para Keynes (1982), o sistema econômico, se deixado às suas forças puramente endógenas, não consegue sustentar um crescimento contínuo e está inevitavelmente sujeito a flutuações periódicas. Essa visão integrada fornece a base para compreender o comportamento instável da economia, no qual o investimento desempenha um papel central na determinação do crescimento econômico. Além disso, as decisões de investimento são responsáveis pela natureza intrinsecamente instável do sistema capitalista. Assim, é o investimento, com suas oscilações, que gera os ciclos econômicos e as crises periódicas.

Dessa forma, por meio dos autores citados, destacou-se que, entre os determinantes macroeconômicos, o investimento é a principal fonte impulsionadora do emprego. Como evidenciado por outros autores, os agentes econômicos atuam com base em expectativas, e é a partir delas que os investimentos são potencializados ou não.

Portanto, é fundamental que haja investimentos, os quais, embora suscetíveis às incertezas, são essenciais para garantir que os agentes atendam suas necessidades. Essa dinâmica contribui para potencializar o lucro dos capitalistas, permitindo que eles reinvestam na produção e nos salários. Com o aumento da renda dos trabalhadores e o incremento na capacidade produtiva, resulta, em última análise, no crescimento da demanda agregada.

Entretanto, não são apenas os aspectos macroeconômicos que influenciam no nível

de emprego. Fatores microeconômicos também estão relacionados à ocupação individual. Elementos como gênero, raça, estrutura produtiva, localização e nível de instrução, entre outros, são determinantes importantes nesse contexto. Na seção seguinte, faremos uma breve digressão sobre esses fatores. O objetivo é identificar elementos que possam estar relacionados à realidade do estado e que ajudem a fundamentar os resultados obtidos ao longo do período analisado.

2.2 Fatores microeconômicos que influenciam o nível do emprego

Estudos como o de Lima *et al.* (2015) identificaram alguns condicionantes da ocupação individual por meio de modelos que analisaram como a probabilidade de emprego variava entre indivíduos com características semelhantes, mas residentes em diferentes microrregiões. Um dos resultados mostraram que, quanto mais desenvolvida a estrutura produtiva regional, mais complexa se torna a inserção no mercado de trabalho. Níveis mais altos de desenvolvimento tendem a transformar essas estruturas, favorecendo atividades de alto teor tecnológico e do setor terciário, o que pode resultar na redução da geração de empregos.

Segundo os autores, isso ocorre porque os postos de trabalho gerados tendem a ser mais intensivos em capital, o que eleva a concorrência por essas vagas, especialmente em função do excesso de mão de obra atraída pelos grandes centros urbanos. Assim, o aumento no número de empregos não implica necessariamente em uma maior probabilidade de obtenção de trabalho, uma vez que as ocupações requerem altos níveis de qualificação e treinamento, o que limita o acesso a essas oportunidades (Lima; Simões; Hermeto, 2015).

Por outro lado, as mulheres tendem a preferir atividades produtivas que apresentam uma maior probabilidade de desocupação, mesmo considerando os custos associados ao afastamento temporário do mercado de trabalho. Essa escolha reflete o dilema entre se dedicar ao trabalho remunerado ou às responsabilidades domésticas, o que contribui para as elevadas taxas de inatividade feminina. Fatores como residir em microrregiões com maior renda, maior grau de industrialização e níveis mais elevados de escolaridade aumentam a probabilidade de ocupação feminina. Em contrapartida, áreas caracterizadas por alta formalização, maior qualificação e elevados índices de pobreza estão associadas a uma redução dessa probabilidade (Lima; Simões; Hermeto, 2015).

Além disso, o aumento da escolaridade e a condição de chefe de domicílio elevam as chances de ocupação, enquanto a migração tem o efeito oposto, diminuindo essa probabilidade. Nesse contexto, a migração familiar diminui a inserção feminina no mercado de trabalho, tendo em vista que as mulheres se deslocam para acompanhar o cônjuge, com isso, enfrentam oportunidades limitadas de emprego (Lima; Simões; Hermeto, 2015).

De outra forma, a probabilidade de desocupação é menor para mulheres brancas, escolarizadas e experientes, que residem em microrregiões com alto rendimento domiciliar per capita e grau de industrialização. Em contrapartida, aquelas que vivem em áreas urbanizadas com alta formalização e qualificação da mão de obra enfrentam maiores dificuldades de inserção, especialmente se são responsáveis pelo domicílio, pois continuam buscando trabalho para atender suas necessidades econômicas (Lima; Simões; Hermeto, 2015).

Outro argumento apresentado pelos autores foi que a forte presença do setor industrial aumenta as oportunidades de emprego, reduzindo a probabilidade de desocupação. Embora a renda domiciliar per capita média tenha uma contribuição positiva para a desocupação, essa influência é pouco significativa. O indicador de pobreza revelou que, em regiões estagnadas, o baixo dinamismo dificulta a obtenção de empregos, elevando a probabilidade de desocupação (Lima; Simões; Hermeto, 2015).

Além disso, constatou-se que indivíduos brancos, chefes de domicílio, com maior nível educacional e residentes em microrregiões de alta escolaridade e industrialização apresentam menores chances de desocupação, especialmente na região Sul do país. Em contraste, a desocupação é mais provável em microrregiões com alta qualificação da mão de obra e formalização, devido à competitividade das vagas que exigem elevados níveis de qualificação (Lima; Simões; Hermeto, 2015).

Em contraponto, Lima *et al.* (2015) destacaram que os indivíduos negros, que não são responsáveis pelo domicílio, com menor escolaridade e residentes em áreas metropolitanas com alta diversificação produtiva, têm maior probabilidade de inatividade. Essa inadequação em relação às exigências do mercado de trabalho restringe a participação desses indivíduos nos setores produtivos ou resulta em sua exclusão. Os autores destacaram que os negros se concentraram em atividades manuais e de menor valorização social e remuneração, enquanto os brancos concentraram-se, preferencialmente, em atividades mais elaboradas, de maior remuneração e valorização social.

Diante das questões apresentadas, observou-se que microrregiões mais desenvolvidas e urbanizadas possuem uma maior proporção de força de trabalho qualificada, além de um percentual elevado de empregos formais e ocupações intensivas em capital, como os serviços modernos. A educação, portanto, é fundamental para minimizar as desvantagens ocupacionais.

No entanto, a análise revelou que os mercados de trabalho estão se tornando cada vez mais seletivos e excludentes, exacerbando as dificuldades enfrentadas por grupos que não atendem aos pré-requisitos exigidos para a maioria dos postos disponíveis. Apesar disso,

mesmo em grandes centros urbanos, ainda existem atividades informais que não demandam qualificação, o que suaviza essa tendência (Lima; Simões; Hermeto, 2015).

Sob a mesma perspectiva, ao analisar os determinantes da informalidade e do desemprego no mercado de trabalho da região metropolitana de Recife no período de 2010, Duarte (2020) identificou variáveis como escolaridade, idade, estado civil, posição no domicílio, raça, composição da vizinhança (qualidade de vida) e acesso à coleta de lixo (infraestrutura) como fatores significativos que influenciaram a probabilidade de os indivíduos pertencerem ao setor informal ou estarem desempregados.

De outra forma, Cardoso Júnior (2009) identificou os seguintes fatores como principais responsáveis pela trajetória de recuperação do emprego formal: o aumento e desconcentração do gasto social, a diversificação e ampliação do crédito interno, o incremento do saldo exportador, a consolidação do regime tributário simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (SIMPLES), e uma maior eficácia nas ações de intermediação de mão de obra e na fiscalização das relações e condições de trabalho nas empresas.

A mesma perspectiva foi apresentada pelo Observatório Social e do Trabalho (2023), que ressaltou que a segregação ocupacional é um fator que contribui para a desigualdade de gênero, resultando em uma distribuição desigual das responsabilidades relacionadas aos afazeres domésticos e ao cuidado de familiares. Lima *et al.* (2015) confirmam essas ideias, ao discutirem as disparidades no trabalho produtivo entre ocupações e posições de maior prestígio social, que geralmente favorecem os homens.

De forma complementar, Gasparini *et al.* (2015) destacaram o acentuado aumento da participação feminina no mercado de trabalho, porém, com a permanência de diferenças significativas na renda mensal média recebida por homens e mulheres empregadas, principalmente em países com altas taxas de mulheres empregadas na força de trabalho. Uma parte da explicação se deve a menor carga horária de trabalho das mulheres, embora a diferença por hora de trabalho também contribua para essa disparidade na maioria dos países.

De outra maneira, Saboia *et al.* (2021) apresentaram resultados que confirmam o efeito do salário-mínimo sobre os níveis baixos/médios de rendimento do trabalho, enfatizando o papel que o salário-mínimo possui na melhoria da distribuição de renda do país. O que os resultados indicam é que, fora dos dois primeiros décimos da distribuição de rendimentos do trabalho, as correlações entre baixos rendimentos e o Salário-Mínimo (SM) são significativamente mais altas do que para os rendimentos mais elevados.

Segundo a explicação dos autores, o salário-mínimo tem uma relação mais próxima com os rendimentos baixos, e a correlação entre rendimentos e o SM diminui à medida que se

sobre na distribuição de rendimentos. Portanto, os trabalhadores com rendimentos baixos apresentam variações mais fortemente correlacionadas com as mudanças no SM. Em contrapartida, a influência do salário-mínimo sobre os rendimentos mais elevados não é tão significativa.

Sob uma perspectiva fundamentada na literatura internacional, alguns autores serão abordados para enriquecer o estudo e oferecer alternativas que considerem à aplicação de melhorias relevantes na questão nacional. O primeiro a ser apresentado é Bucevska (2019) que identificou o nível de educação, como discutido anteriormente, como um fator crucial para o aumento da renda dos mais pobres, além de ser significativo para a qualificação e produtividade dos trabalhadores. O crescimento econômico sustentável a longo prazo, aliado a medidas ativas no mercado de trabalho, também foi reconhecido como um determinante essencial para a melhoria da distribuição de renda.

De outra forma, Torezani (2022) apresentou a produtividade, com ênfase em seu componente de eficiência como um componente vital no crescimento da renda per capita do Brasil e de suas regiões. Além disso, o autor ofereceu uma análise sobre a evolução da renda per capita nos próximos anos, destacando a importância da composição da estrutura produtiva na sustentação desse crescimento e que os ganhos de produtividade são essenciais para manter o dinamismo econômico.

Segundo o autor, essa questão ganha ainda mais relevância devido à tendência de redução da jornada média de trabalho, ao fim do bônus demográfico (período em que a população em idade ativa cresce mais rapidamente que a população total) e ao caráter cíclico da taxa de ocupação. No entanto, Albert *et al.* (2021) apontaram que as mudanças climáticas têm reduzido a produtividade agrícola na maioria dos países em desenvolvimento, emergindo como um potencial determinante do emprego.

Assim, é essencial abordar questões relacionadas ao meio ambiente e equilibrar a produtividade com essa variável, uma vez que, esses eventos climáticos adversos impactam profundamente o mercado de trabalho, afetando a produção, o bem-estar dos trabalhadores e a integração financeira com outras regiões. Segundo os autores, as áreas afetadas enfrentam uma acentuada redução na população e no emprego, especialmente nos setores agrícola e de serviços.

Da mesma forma, Sangeetha e Usha (2022) destacaram que essas medidas precisam ser conduzidas com cautela, para evitar bloqueios nos investimentos e a redução dos salários. Como exemplo, o autor argumentou que, ao tentar eliminar gradualmente o uso do carvão, a demissão abrupta de trabalhadores de minas e usinas térmicas, onde carvão e petróleo são

usados para gerar energia, poderia interromper a produção. A consequência disso seria um grande influxo de trabalhadores pouco qualificados em outros setores, que poderiam não ter capacidade para absorver essa mão de obra, agravando a situação do desemprego.

Sob outro ponto de vista, Korinek e Stiglitz (2018) discutiram a proliferação da IA e outras formas de mudança tecnológica que substituem trabalhadores. Segundo os autores, embora essas inovações possam ser benéficas em uma economia já estruturada, elas também apresentam riscos significativos em contextos onde a economia não está preparada para absorver tais mudanças.

Com base no que foi exposto, os atributos pessoais influenciaram diretamente as questões relacionadas ao emprego. Assim, dependendo de suas características, a probabilidade de inserção no mercado de trabalho pode ser maior, o que é essencial para entender o contexto maranhense, em que há predominância feminina e uma grande parcela da população composta por pardos e negros, segundo o IBGE (2024a). Além disso, como demonstrado, a educação se destacou como um fator determinante para que um indivíduo tenha melhores chances de conquistar uma oportunidade de emprego.

Como foi mencionado, o emprego foi determinado por aspectos agregados, como o nível de investimento e a incerteza, além de fatores microeconômicos, como raça, educação, gênero, entre outros. O impacto desses diferentes aspectos pode explicar as grandes disparidades no mercado de trabalho. Por isso, a intervenção do poder público, por meio de políticas públicas de emprego pode ser importante para mitigar essas disparidades e promover um maior nível de emprego.

Na penúltima seção, são apresentadas conclusões gerais com base em pesquisas recentes sobre emprego no Maranhão. Essas pesquisas contribuirão para a compreensão das transformações socioeconômicas ocorridas no estado e, ao mesmo tempo, suporte à aplicabilidade deste estudo, considerando que o Maranhão ainda enfrenta uma posição desfavorável nos contextos nacional e regional, conforme apontado pelos autores que serão discutidos.

2.3 O que dizem as pesquisas recentes sobre o Emprego no Maranhão?

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023) define o emprego informal como qualquer atividade remunerada, seja autônoma ou assalariada, que não é registrada, regularizada ou protegida pelas estruturas legais e regulatórias vigentes. Essa definição abrange também o trabalho não remunerado realizado em empresas geradoras de renda. Trabalhadores informais, portanto, carecem de contratos de trabalho formais, benefícios trabalhistas, proteção

social e representação sindical.

Em contrapartida à informalidade, a OIT (2023) define "trabalho decente" como aquele que oferece oportunidades produtivas com remuneração justa, segurança no ambiente de trabalho e proteção social para todos, além de promover o desenvolvimento pessoal e a integração social. Essa definição contrasta com a realidade observada por Pereira (2022) no mercado de trabalho do Maranhão, caracterizado por uma alta proporção de trabalhadores informais.

Desse modo, entre os estudos recentes sobre o emprego no Maranhão e suas raízes históricas, Neder (2020) apresenta uma análise crítica do processo de desenvolvimento do estado. Segundo Pereira Filho (2016), esse desenvolvimento tem sido caracterizado por um persistente atraso socioeconômico, sustentado por dois fatores principais: a superexploração da força de trabalho e a influência de um estado oligárquico.

Esses dois pilares foram determinantes para o mercado de trabalho atual. O primeiro, conforme apontou Pereira Filho (2016), decorre da necessidade de compensar a falta de competitividade no mercado externo, resultado de uma indústria que não se modernizou. Isso condicionou a estrutura do mercado de trabalho a um padrão de empregos pouco qualificados, prejudicando a mão de obra local, que teve de lidar com oportunidades de trabalho precárias.

O segundo fator discutido por Pereira Filho (2016) revelou a predominância de uma composição de classes conservadoras, formada pela burguesia agroexportadora e pelo estamento político da capital, sustentado pela burocracia estatal e pelo controle das instituições, incluindo as forças militares. Essa elite consolidou estruturas econômicas excludentes, resultando na marginalização de grande parte da população.

Desta forma, Pereira Filho (2016) apontou que a exploração da força de trabalho pelas elites agroexportadoras maranhenses, sustentada pelo estado oligárquico, inicialmente favoreceu a acumulação de capital, mas acabou se tornando um obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico.

Assim, a elevada concentração de renda e a limitação do mercado interno, resultantes do modelo econômico baseado no latifúndio, na monocultura, na exportação e na utilização da mão de obra escravizada até 1888, posteriormente substituída pela superexploração dos trabalhadores, comprometeram o desenvolvimento industrial. Em vez de reinvestirem os lucros em atividades produtivas, as elites direcionaram seus ganhos para o consumo de luxo, intensificando esse quadro em conjunto com outros fatores internos e externos (Pereira Filho, 2016).

Dessa maneira, a influência das condições mencionadas na realidade maranhense pode ser observada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, calculado com base em três dimensões essenciais: renda, saúde e educação. Esses fatores são avaliados por indicadores específicos, resultando em um índice que varia de 0 a 1, em que valores mais altos indicam um maior nível de desenvolvimento. Em 2021, o Maranhão registrou um IDH de 0,676, o menor entre os estados brasileiros (IBGE, 2024).

Em continuidade ao tema do emprego, Neder (2020) observou que, no período analisado, o crescimento econômico não beneficiou os setores de atividade econômica que mais geraram empregos, além de apontar que as transformações recentes na agropecuária resultaram em uma redução no grau de diversificação produtiva. Por outro lado, Silva (2019) examinou a evolução do emprego formal no Maranhão e suas regiões geográficas, com o objetivo principal de compreender as mudanças na sua estrutura produtiva.

Em seguida, Brito *et al.* (2020) analisaram os impactos da crise do coronavírus sobre o nível de emprego no Maranhão. Em termos da dinâmica recente, Silva *et al.* (2022) divulgaram os resultados do Projeto Observatório Social e do Trabalho no Maranhão, que evidenciou os avanços experimentados pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, especialmente na primeira década de 2000.

De outra forma, Muniz (2023) investigou a influência da desocupação por gênero no mercado de trabalho maranhense e sua relação com a desigualdade de renda. Entre os resultados, destacou a significativa associação entre os níveis de desocupação e subutilização da força de trabalho e a desigualdade de renda, além da relevância da desigualdade de gênero no mercado de trabalho como fator explicativo dessa desigualdade no Maranhão, durante o período analisado. A inclusão desse estudo se justifica pela comprovação da queda dos empregos formais no período.

Nesse contexto, a primeira pesquisa discutida nesta seção é a de Neder (2020), que atribuiu o subdesenvolvimento do Maranhão a suas estruturas históricas. A autora destacou fatores como a alta concentração de renda, o elevado grau de informalidade no mercado de trabalho, a incipiência dos mercados internos com baixa monetização e a limitada oferta de empregos formais com salários reduzidos. Esses elementos foram apontados como fatores que contribuíram para os baixos níveis de remuneração da população no estado.

Isto posto, Silva (2019) esclareceu que os dados referentes ao Maranhão demonstram que o mercado de trabalho estadual tem um padrão de estruturação inferior à média nacional, além disso, constata-se que o estado possui desigualdades que marcam sua estrutura econômica e social, e que bem representa o fenômeno das disparidades regionais brasileiras.

Outra característica do mercado de trabalho maranhense apontada pelo autor foi a taxa de desocupação que, mesmo antes do biênio da recessão, se manteve acima da registrada no âmbito nacional.

De forma semelhante, Brito *et al.* (2020) posicionaram o Maranhão como o segundo estado mais severamente afetado pela pandemia na região Nordeste. Nesse contexto, as políticas sociais de transferência de renda foram fundamentais, especialmente considerando que, no setor privado formal, cerca de 6 mil postos de trabalho foram perdidos, enquanto no setor privado informal houve uma perda de 88 mil postos, um número quase 15 vezes maior que o de postos destruídos no setor formal. Essa situação evidenciou o impacto financeiro desproporcional sobre os trabalhadores informais durante o período analisado.

Portanto, os trabalhadores informais no Maranhão ficaram mais suscetíveis às oscilações do ciclo econômico durante a pandemia. Brito *et al.* (2020) argumentaram que essa situação não foi causada apenas pela crise pandêmica, mas foi acentuada por ela, sendo uma tendência observada na economia maranhense desde 2015.

No entanto, Silva *et al.* (2022) identificaram aprofundamento da crise política e econômica, de ajuste fiscal, da crise sanitária e deterioração de indicadores. Por outro lado, segundo Muniz (2023), as mulheres foram particularmente penalizadas no Maranhão, pois tiveram uma renda média de trabalho inferior à dos homens e à média do Nordeste, além de enfrentarem altas taxas de desocupação, menor participação na força de trabalho e subutilização da sua mão de obra.

Em relação à cadeia produtiva, Machado e Brito (2020) analisaram os setores responsáveis pela criação e destruição de empregos no Nordeste entre 2001 e 2016, destacando que, durante os ciclos de auge (2001-2010) e declínio (2011-2016), a Administração Pública, Serviços, Comércio e Indústria de Transformação lideraram a criação de empregos formais. No entanto, a dinâmica muda ao comparar os períodos: a Administração Pública, que foi o maior criador de empregos no auge, passa a ser o maior destruidor no declínio, enquanto o setor de Serviços se torna o principal gerador de empregos líquidos, respondendo por cerca de 70% das vagas formais no período de declínio.

Posteriormente, as características locais destacadas por Silva (2019), retrataram a estrutura produtiva do Maranhão como pouco diversificada em termos de geração de empregos formais. O estado apresentou um avanço de setores com baixa capacidade de absorção de empregos, exceto em regiões como São Luís, Balsas e algumas outras, além do setor público. O autor defendeu a necessidade de uma política abrangente de recapacitação territorial, focada na construção de infraestrutura econômica e urbana, no desenvolvimento do capital humano e

no fortalecimento de municípios polos e centros regionais para promover o adensamento regional.

Neder (2020), em análise realizada de 2006 a 2017, complementou essas ideias ao caracterizar o Maranhão como um estado que adota um modelo de desenvolvimento focado no incentivo a grandes projetos, com alta concentração produtiva e voltado para o fortalecimento de estruturas econômicas que excluem grande parte da população. Segundo a autora, essa abordagem gerou um paradoxo, pois, embora haja crescimento econômico, ele é acompanhado por elevados níveis de pobreza e pela limitada inserção produtiva das populações mais vulneráveis.

Assim, a autora destacou que o processo de desenvolvimento econômico do Maranhão é profundamente desigual, concentrado em algumas regiões e marcado por significativa heterogeneidade intra-regional, resultando em fortes desequilíbrios regionais e sociais. Essa análise convergiu com a de Silva (2021), que propôs uma recapacitação territorial para enfrentar esses desafios.

Como solução para esse cenário, Neder (2020) propôs a elaboração de novas estratégias focadas na diversificação produtiva, na promoção da equidade social e no aumento das taxas de incorporação no trabalho. Além disso, a autora defendeu a necessidade de reduzir os efeitos negativos de marginalização das populações, que têm marcado historicamente o processo de desenvolvimento do estado. Por fim, Pereira (2022) explorou os fatores que determinaram a desigualdade de renda no Maranhão a curto prazo.

Em seguida, Pereira (2022) verificou 4 variáveis explicativas da desigualdade de renda domiciliar no Maranhão: desocupação feminina, desocupação masculina, informalidade privada e distanciamento salarial entre o Ensino Superior e Médio. Porém, por meio de outras estimativas, verificou-se que a informalidade no setor privado é a mais determinante da desigualdade no curto prazo, seguida pela desigualdade de renda e desocupação feminina.

O autor argumentou que os informais são mais suscetíveis a instabilidades no mercado de trabalho quando estão inseridos no setor privado, pois qualquer momento atípico refletirá na desigualdade de renda domiciliar. Além disso, algumas definições da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são apresentadas para situar o estudo em relação aos termos utilizados no mundo do trabalho que se adequam ao que está sendo investigado.

As contribuições apresentadas revelaram que o subdesenvolvimento do Maranhão está intimamente ligado às suas estruturas históricas. Fatores como a alta concentração de renda, elevada taxa de desocupação, elevado grau de informalidade, incipiência dos mercados internos com baixa monetização, crises política e econômica, ajuste fiscal, crise sanitária, deterioração

de indicadores, estrutura produtiva pouco diversificada e a limitada oferta de empregos formais com salários reduzidos são apontados como responsáveis pelos baixos níveis de remuneração da população e pela escassez de oportunidades de emprego no estado.

Mais recentemente, outro fator importante foi a crise gerada pela pandemia, que atingiu o Maranhão de forma severa, tornando-o um dos estados mais afetados. Nesse contexto, houve um grande impacto sobre os trabalhadores informais, que foram mais prejudicados em comparação aos trabalhadores formais. A situação desfavorável da força de trabalho feminina também foi destacada, tanto em termos de renda quanto de participação no mercado de trabalho e subutilização, com indicadores insatisfatórios. Por fim, verificou-se que a informalidade no setor privado é o principal determinante da desigualdade no curto prazo, seguida pela desigualdade de renda e pela desocupação feminina.

Em síntese, a literatura específica destacou que a dinâmica do emprego no Maranhão está fortemente influenciada por fatores históricos (Neder, 2020), marcada por alta informalidade (Pereira, 2022) e por um crescimento econômico que não beneficiou os setores que mais geraram empregos. Além disso, houve pouca diversificação produtiva, com um desenvolvimento focado no incentivo a grandes projetos, resultando em alta concentração produtiva e no fortalecimento de estruturas econômicas que excluem grande parte da população (Neder, 2020). O atraso socioeconômico do estado foi demonstrado, sustentado pela superexploração da força de trabalho e pela influência de um estado oligárquico (Pereira Filho, 2016).

As análises também apontaram para a queda dos empregos formais (Muniz, 2023), persistente informalidade no setor privado e a baixa inserção das mulheres no mercado de trabalho (Pereira, 2022), alta taxa de desocupação e uma estrutura produtiva pouco diversificada, abaixo da média nacional (Silva, 2019), efeitos da pandemia que impactaram a estrutura ocupacional, especialmente os trabalhadores informais (Brito; Amorim; Mascarenhas Jr. ; Matos, 2020) e aprofundamento da crise política e econômica, combinado com medidas de ajuste fiscal, crise sanitária e, por fim, deterioração dos indicadores socioeconômicos (Silva; Pereira; Lima, 2022). Administração Pública, Serviços, Comércio e Indústria de Transformação lideraram a criação de empregos, com a Administração Pública se tornando o maior destruidor no declínio, enquanto Serviços gerou 70% dos empregos líquidos nesse período (Machado; Brito, 2020).

Assim, neste estudo, proponho uma interpretação da dinâmica do emprego no Maranhão ao longo da última década, utilizando os dados da PNAD Contínua trimestral (PNADCT). Essa abordagem contribuirá para a discussão apresentada ao identificar padrões e

mudanças significativas no mercado de trabalho ao longo de uma década de observações, contribuindo para apontar a trajetória do emprego na economia maranhense.

Portanto, trata-se de uma análise que se manteve fiel ao tema de emprego, enquanto explorou a estrutura econômica do estado com base em dados selecionados criteriosamente para aprofundar a compreensão desses aspectos. Além disso, ela se apoiou nas contribuições de diversos autores, tanto da teoria econômica clássica quanto contemporânea, que ofereceram contribuições significativas sobre o tema.

Por fim, a última subseção apresentou os elementos metodológicos essenciais para a obtenção dos resultados, fornecendo as informações que sustentam a pesquisa. Todos esses elementos serviram de base para as discussões do capítulo 3.

2.4 Considerações metodológicas

A base de dados utilizada neste estudo foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados analisados são provenientes de uma amostragem domiciliar, coletados trimestralmente e disponibilizados na página de metadados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A metodologia envolveu o tratamento e a análise dos dados para identificar tendências de emprego no estado do Maranhão no período selecionado.

Embora as diferenças conceituais entre os termos "emprego", "trabalho", "postos de trabalho" e "ocupação" sejam reconhecidas, o estudo utilizou essas expressões de maneira equivalente, garantindo que essa abordagem não comprometesse a consistência das análises realizadas. O foco foi analisar variáveis relacionadas ao emprego. Foram observados e discutidos padrões e tendências, com o objetivo de fornecer uma análise abrangente e fundamentada nos dados disponíveis.

Deste modo, cabe ressaltar que o emprego está relacionado ao vínculo empregatício que os indivíduos exercem em um determinado período de referência, ou seja, são considerados aqueles que realizaram algum tipo de trabalho remunerado ou que possuíam vínculo empregatício, incluindo trabalhadores por conta própria e informais. Além disso, o IBGE utiliza conceitos como força de trabalho ocupada e desocupada, diferenciando entre aqueles que estão efetivamente empregados e os que estão à procura de emprego.

Nesse contexto, a periodicidade escolhida para este trabalho coincide com o marco de 10 anos da PNAD Contínua, representando um recorte temporal relevante e pouco explorado na literatura estadual. Além disso, considerando o objetivo do estudo de examinar mudanças estruturais no mercado de trabalho maranhense, essa periodicidade foi selecionada por permitir

a obtenção de dados mais consistentes e proporcionar uma análise mais aprofundada das transformações ocorridas ao longo do período.

Assim, o estudo adotou uma abordagem quantitativa-descritiva, utilizando medidas e procedimentos estatísticos para realizar uma análise exploratória dos dados. O processamento das informações foi realizado com o auxílio de ferramentas como o Microsoft Excel e o software R, que permitiram organizar, calcular e interpretar os resultados de maneira eficiente.

Teoricamente, a fundamentação teórica deste estudo se baseou em uma revisão bibliográfica aprofundada sobre o tema, complementada por uma síntese dos resultados de pesquisas relevantes, com o objetivo de oferecer uma compreensão sobre o objeto de análise. Artigos acadêmicos, dissertações, teses, livros e relatórios especializados foram utilizados para embasar e fortalecer a interpretação dos dados relativos ao período de estudo (2012.1 a 2022.4).

O processo de seleção da literatura foi orientado pela coleta de documentos que abordassem o tema do emprego nos âmbitos nacional, regional e estadual, com foco específico no Estado do Maranhão e no período de estudo. Para garantir a relevância e a pertinência, foram utilizados diversos repositórios, alinhando-se aos critérios estabelecidos e aos objetivos do trabalho. Esse procedimento assegurou a inclusão de fontes atuais e relevantes para a análise. Importante destacar também o direcionamento do meu orientador na obtenção da literatura, o que contribuiu significativamente para uma fundamentação mais sólida e aprofundada na realização da pesquisa.

Por fim, as variáveis analisadas incluíram nível de informalidade, taxa de informalidade, taxa de desocupação, taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, taxa de desalento, taxa de participação na força de trabalho, força de trabalho ocupada, força de trabalho desocupada e taxa de desocupação.

3 DINÂMICA DO EMPREGO NO MARANHÃO

Este capítulo traz uma análise descritiva das tendências de emprego no Maranhão, iniciando com uma abordagem das tendências nacionais e regionais, para depois concentrar-se especificamente no estado. O período de 2012 a 2022 foi abordado devido às transformações significativas no cenário econômico do Brasil, Nordeste e Maranhão, marcadas pelo aprofundamento das crises política e econômica, pelos ajustes fiscais, pela crise sanitária e pela deterioração dos indicadores socioeconômicos. Segundo Da Silva *et al.* (2022), esses acontecimentos definiram o período recente e provocaram variações significativas no mercado de trabalho.

Além disso, o estudo da dinâmica do emprego, tanto em nível nacional quanto regional é essencial para compreender as transformações socioeconômicas que ocorreram no Maranhão durante esse período e as crises econômicas enfrentadas pelo Brasil. Embora o recorte temporal principal seja de 2012 a 2022, a análise ocasionalmente remeterá a períodos anteriores, como os anos da primeira década de 2000 para contextualização.

Portanto, serão analisadas variáveis associadas ao emprego, como nível de informalidade, taxa de informalidade, taxa de desocupação, taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, taxa de desalento, taxa de participação na força de trabalho, força de trabalho ocupada e desocupada. Dessa forma, as variáveis mencionadas serão analisadas na seção seguinte com o objetivo de compreender as principais mudanças e padrões dessa dinâmica, além de avaliar o desempenho dos principais indicadores de emprego ao longo do período analisado.

3.1 Sobre Brasil e Nordeste

Nesse contexto, esta seção examinou as tendências das transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e no Nordeste entre 2012 e 2022, com ênfase na dinâmica do emprego refletida pelos principais indicadores. Em um primeiro momento, Schymura (2023) apresentou o mercado de trabalho do Nordeste com características sistematicamente piores em termos de emprego, participação, informalidade, rendimentos e escolaridade.

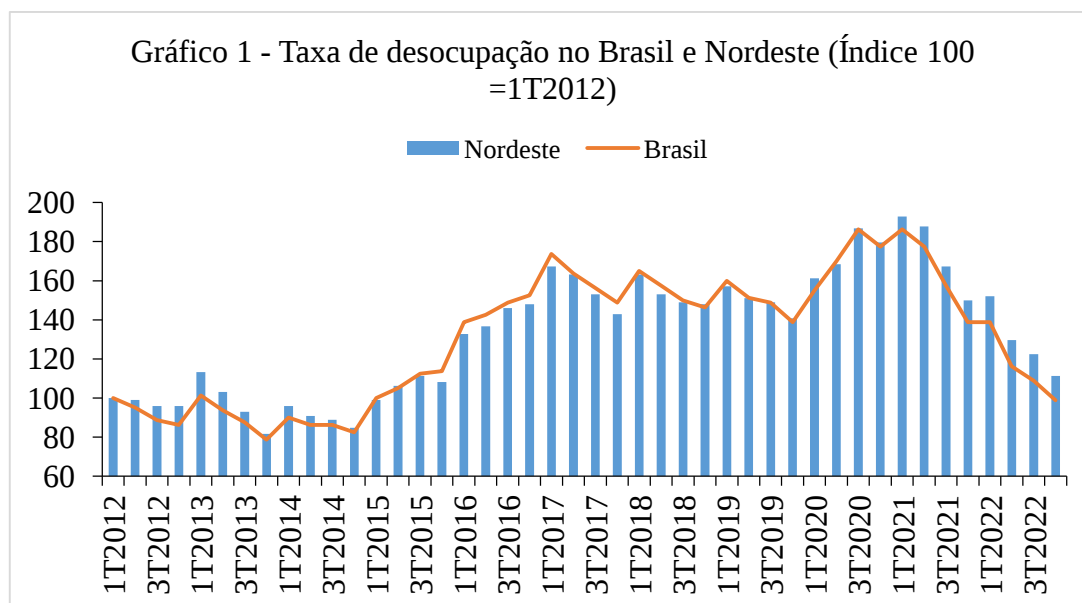
De maneira semelhante, De Macedo e Porto (2021) concordam com esse posicionamento ao destacar que a taxa de desemprego no Nordeste tem se mantido consistentemente acima da média nacional desde 2008. Segundo Da Silva Colombo e Ferreira (2019), isso esteve relacionado à trajetória econômica do Brasil, marcada por profundas injustiças na distribuição de renda, no desenvolvimento regional e na concentração fundiária.

Essa trajetória histórica resultou em diversas injustiças na distribuição de renda, conforme apontado pela pesquisa do World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais) em 2022, com base em dados de 2019. Na pesquisa, os 10% mais ricos do Brasil detinham 58,6% da renda nacional, proporção que subiu para 59%. Enquanto isso, os 50% mais pobres, que anteriormente representavam 10,1% da renda do país, passaram a contribuir com apenas 10% (WIQ, 2022). Entre 2012 e 2022, diversos fatores contribuíram para o aprofundamento desse abismo entre os estratos sociais, como a crise econômica iniciada em 2015, sua lenta recuperação e a pandemia do coronavírus, cujo primeiro caso foi confirmado no Brasil em 2020.

Portanto, os dados indicaram que os investimentos esperados para gerar empregos não tiveram o sucesso previsto. Sob uma perspectiva keynesiana, esses investimentos não foram impulsionados por expectativas econômicas favoráveis, o que desalinhou com as perspectivas de lucro dos empresários. No caso do Nordeste, onde as taxas de desemprego são elevadas (De Macedo e Porto, 2021), essa situação contribuiu para a redução do mercado consumidor local, tornando a região menos atrativa para investimentos empresariais.

Além disso, a análise dos rendimentos revelou que os investimentos realizados não produziram o impacto desejado. A expansão da produção não resultou em aumentos salariais significativos, o que, conforme a teoria keynesiana, limitou o estímulo ao consumo e ao crescimento econômico. Assim, a combinação de baixos rendimentos e altas taxas de desocupação sugeriu que esses investimentos foram ineficazes na geração de empregos e no impulso ao crescimento econômico na região (Keynes, 1983).

Assim, o Gráfico 1 compara a taxa de desocupação entre o Brasil e o Nordeste, utilizando a forma de número-índice, que expressa a variação em relação a um ponto de referência fixado em 100. O gráfico reforçou as análises anteriores, destacando os desafios significativos enfrentados pelo Nordeste no campo do emprego e da ocupação. Ao longo de todo o período analisado, a taxa de desocupação da região manteve-se próxima ou superior à média nacional, evidenciando a persistente vulnerabilidade do mercado de trabalho nordestino.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

Conforme mostra o Gráfico 1, os valores indicam uma tendência de alta no número de desocupados ao longo do período analisado, especialmente após a crise de 2014/2015 e durante a pandemia, entre 2019 e 2021. Com o abrandamento das medidas adotadas durante a pandemia, observou-se uma desaceleração nesse crescimento.

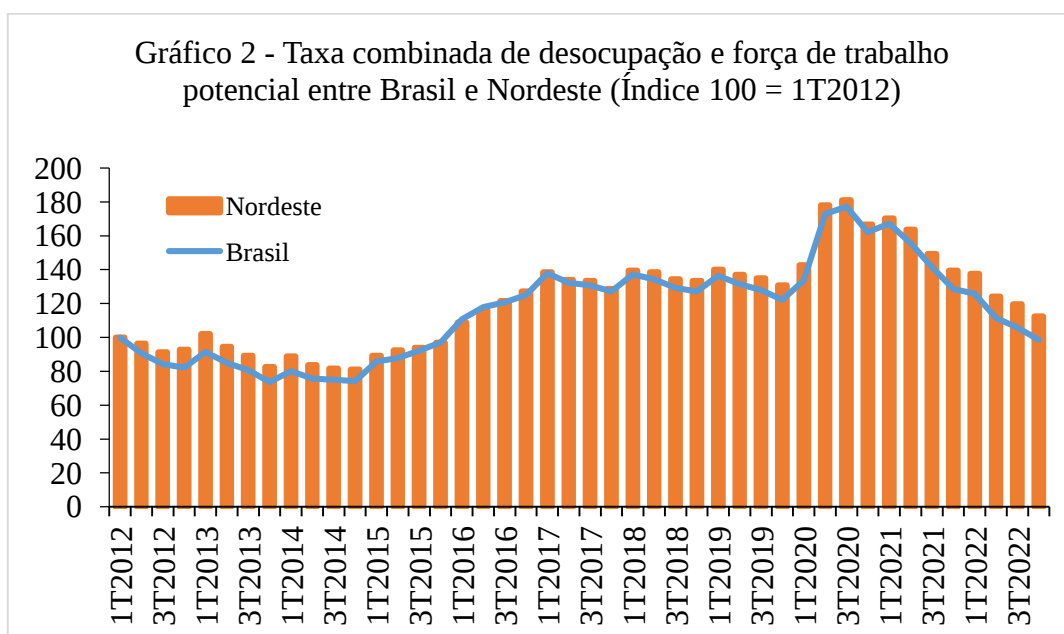
Brito *et al.* (2020) reforçaram essa análise ao posicionar o Maranhão como o segundo estado mais impactado pela pandemia no Nordeste, destacando a vulnerabilidade dos trabalhadores informais, que foram os mais afetados. Além disso, Machado e Brito (2020) atribuem o aumento da desocupação ao declínio do crescimento do emprego formal na região, que aconteceu entre 2011 e 2016.

Desse modo, observou-se que, apesar de a informalidade ter sido decisiva para a redução do desemprego, conforme apontado por autores como Barbosa (2019), que destacam seu papel no combate ao desemprego no período pós-pandemia, o emprego formal também desempenhou um papel relevante. Nesse contexto, o aumento do número de Microempreendedores Individuais (MEIs), conforme dados do Sebrae (2022), foi um fator importante, contribuindo para a formalização do mercado de trabalho e gerando efeitos positivos na redução da informalidade.

De outra forma, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial mede a subutilização da força de trabalho. De acordo com o IBGE (2016), essa taxa refletiu a insuficiência na criação de emprego na região Nordeste. Esse comportamento foi discutido por Saboia *et al.* (2021), ressaltando que a crise política e econômica de 2015 agravou os

indicadores do mercado de trabalho brasileiro, elevando o desemprego, a subutilização, ampliando a informalidade e reduzindo a renda.

Dito isto, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial considera tanto os indivíduos desocupados quanto aqueles fora da força de trabalho, mas com potencial para integrá-la. Ao combinar essas métricas, a taxa oferece uma visão mais detalhada do subemprego e da subutilização da força de trabalho, refletindo a saúde do mercado de trabalho e os desafios enfrentados por potenciais trabalhadores (IBGE, 2018). O Gráfico 2 reforçou esses desafios, evidenciando as dificuldades persistentes de inserção no mercado de trabalho regional.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

Como evidenciado na análise gráfica, o Nordeste enfrentou altos níveis de subutilização da força de trabalho, que aumentaram gradualmente a partir de 2015, atingindo seu ápice durante a pandemia de COVID-19. De acordo com Sousa *et al.* (2024), o agravamento da crise política e econômica no Brasil foi um dos principais responsáveis para esse acontecimento, que levou a um crescimento constante na taxa de desocupação, especialmente a partir de 2016, quando esse índice começou a subir de forma mais acentuada.

A partir de 2020, registrou-se uma queda na taxa de desemprego, explicada por Ottoni (2024) como consequência da gradual normalização da economia ao longo de 2021. Essa recuperação ajudou a corrigir as taxas elevadas observadas no final de 2020, influenciadas pela crise gerada pela pandemia. Esse comportamento também foi observado no gráfico 1.

Em relação a 2012 (valor base 100), a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial no Nordeste subiu de forma consistente a partir do segundo trimestre de 2015, sem retornar ao valor de referência durante o período. Por outro lado, o Brasil, embora

tenha registrado resultados inferiores aos do Nordeste na maioria dos anos, mostrou um desempenho mais severo e, após 2015, apresentou apenas um resultado abaixo do valor de referência, no último trimestre de 2022, o que indica a persistência de desafios no mercado de trabalho.

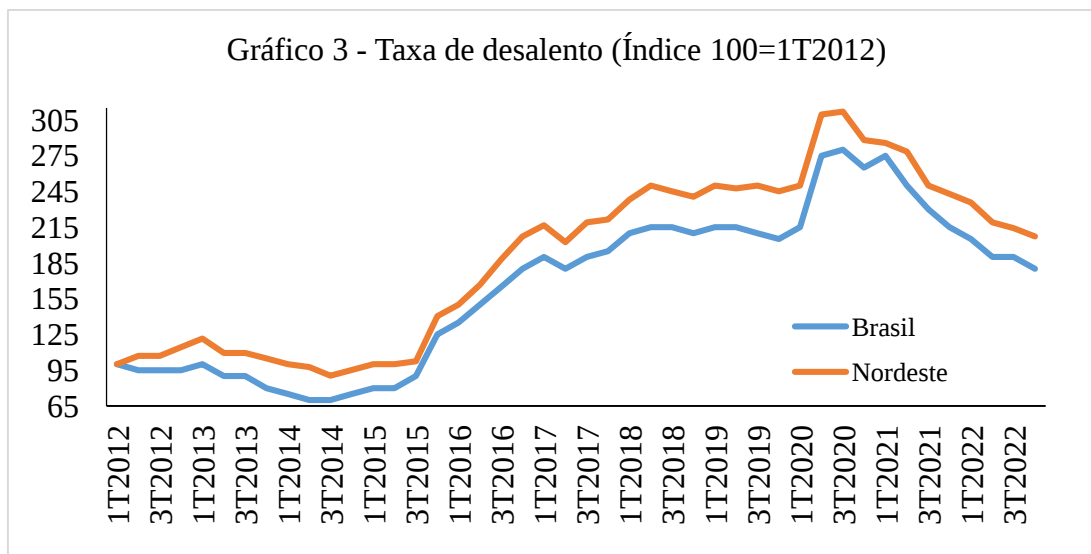
Para enfrentar a subutilização da força de trabalho no Nordeste, Trovão e Araújo (2019) defenderam a necessidade de revitalizar a economia nacional, ampliando a demanda agregada e, com isso, elevando o consumo das famílias, os investimentos e os gastos governamentais. Esse movimento impulsionaria a criação de novos empregos e a absorção da mão de obra disponível. A mesma ideia foi defendida por Keynes (1983), ao apontar os investimentos como motores da demanda agregada e da geração de empregos por meio da expansão produtiva.

De outro modo, a taxa de desalento é um indicador econômico que mede a proporção de pessoas na força de trabalho que, embora não sejam contabilizadas como desempregadas, estão fora do mercado de trabalho formal (IBGE, 2018). São indivíduos que desistiram de procurar emprego porque acreditam que não encontraram trabalho devido à falta de oportunidades adequadas, à percepção de falta de qualificação, ou a outras razões que os levam a não acreditar na possibilidade de conseguir um emprego.

Assim, é fundamental compreender a relação entre o mercado de trabalho e as políticas públicas, pois essa compreensão pode revelar áreas críticas que demandam intervenções. Segundo Saboia et al. (2019), uma intervenção eficaz seria a implementação de políticas compensatórias, que são ferramentas essenciais para apoiar a população subutilizada, garantindo a ela acesso aos recursos e oportunidades necessários para sua sobrevivência e reintegração no mercado de trabalho.

Sendo assim, Trovão (2020) conclui que a implementação de políticas sociais de transferência de renda foi fundamental, considerando-as um colchão amortecedor para os estratos mais baixos da distribuição de renda. Essas políticas garantiram a sustentação da renda dos domicílios brasileiros mais pobres durante períodos de crise, evitando um agravamento do caos social.

Vale ressaltar que o Nordeste apresentou a mais alta taxa de desalento entre regiões no período analisado e está acima da média nacional (IBGE, 2024). Com base nisso, apresentam-se os dados relacionados a taxa de desalento por meio do Gráfico 3:



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

Com base nas informações do gráfico, observou-se que ao longo da série temporal, as duas curvas permaneceram paralelas e bastante próximas. No entanto, a partir de 2015, a curva referente ao Nordeste começou a se distanciar da curva do Brasil, evidenciando que o desalento cresceu de forma mais acentuada na região. De acordo com Silva (2019), esse distanciamento foi causado pela desestruturação do mercado de trabalho, consequência da crise política e econômica iniciada no final de 2014.

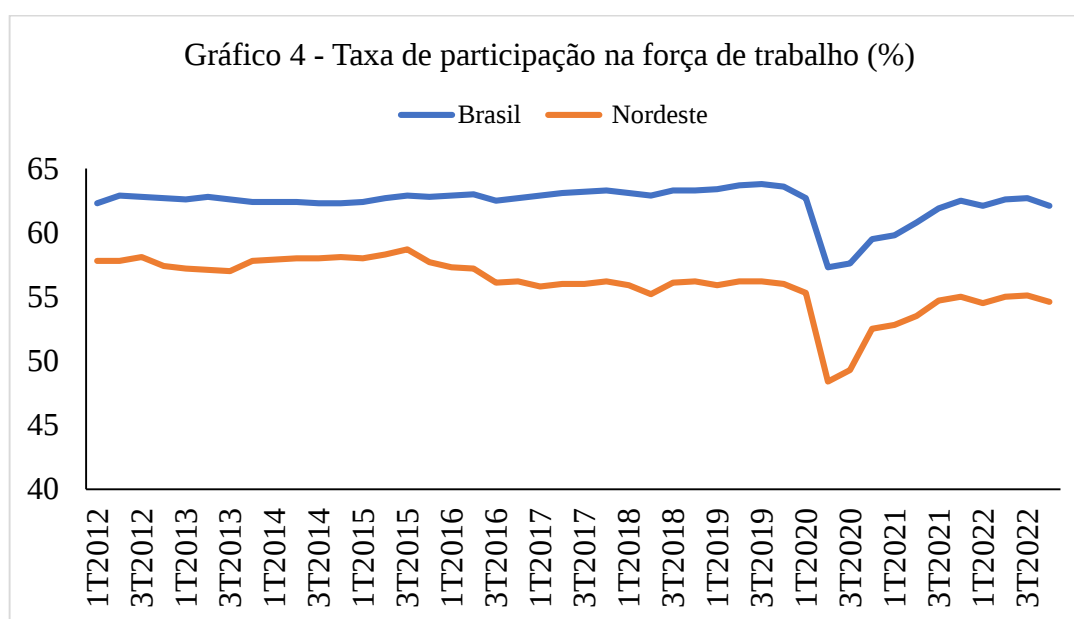
Outra questão importante abordada por Trovão e Araújo (2020) foi a Reforma Trabalhista de 2017, que não produziu o efeito esperado na recuperação do mercado de trabalho e contribuiu para a precarização do emprego formal. Embora tenha sido apresentada como uma modernização das leis, a reforma enfraqueceu a proteção ao trabalho prevista na CLT, que, apesar de frequentemente vista como um obstáculo à produtividade, era uma importante garantia para os trabalhadores.

De outro modo, Duque (2019) argumentou que a crescente taxa de desalento no Nordeste pode ser atribuída à migração dos desocupados para essa condição, além da persistência de indivíduos que permanecem desalentados. Esse fenômeno refletiu as características adversas do mercado de trabalho na região, que dificultaram a busca por melhores oportunidades.

Segundo o IBGE (2020), essas condições levaram muitos indivíduos a desistirem de procurar emprego. Por fim, Saboia (2019) analisou as principais características dos desalentados no Brasil entre 2014 e 2019, ressaltando uma evidente piora no cenário do desalento, que triplicou no período, alcançando quase 5 milhões de pessoas no último ano da análise.

É importante destacar que as taxas de desalento cresceram mais rapidamente do que as taxas de desocupação, tanto no Brasil quanto no Nordeste. As curvas dessas duas taxas voltaram a convergir em 2020, durante a pandemia, e mantiveram-se alinhadas até 2022. Os picos mais acentuados ocorreram em momentos de crise econômica, evidenciando a vulnerabilidade dessas populações a eventos adversos. Barbosa (2019) apontou que o mercado de trabalho, entre 2014 e 2015, mostrou poucos sinais de recuperação e ressalta que o desemprego e o desalento permaneceram elevados, com uma relativa estabilização apenas no primeiro trimestre de 2017.

Em outra perspectiva, ambas as regiões registraram queda na taxa de participação da força de trabalho, com recuperações posteriores. No Brasil, a taxa variou de 62,3% para 62,1%, enquanto no Nordeste, a queda foi mais significativa, de 57,8% para 54,6%. Isso significa que a proporção da população economicamente ativa tem diminuído, sinalizando desânimo econômico, onde pessoas desistem de procurar trabalho devido à falta de oportunidades. Essa diminuição impacta a renda familiar e o bem-estar das comunidades. Dessa forma, a taxa de participação na força de trabalho foi demonstrada conforme o Gráfico 4:



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

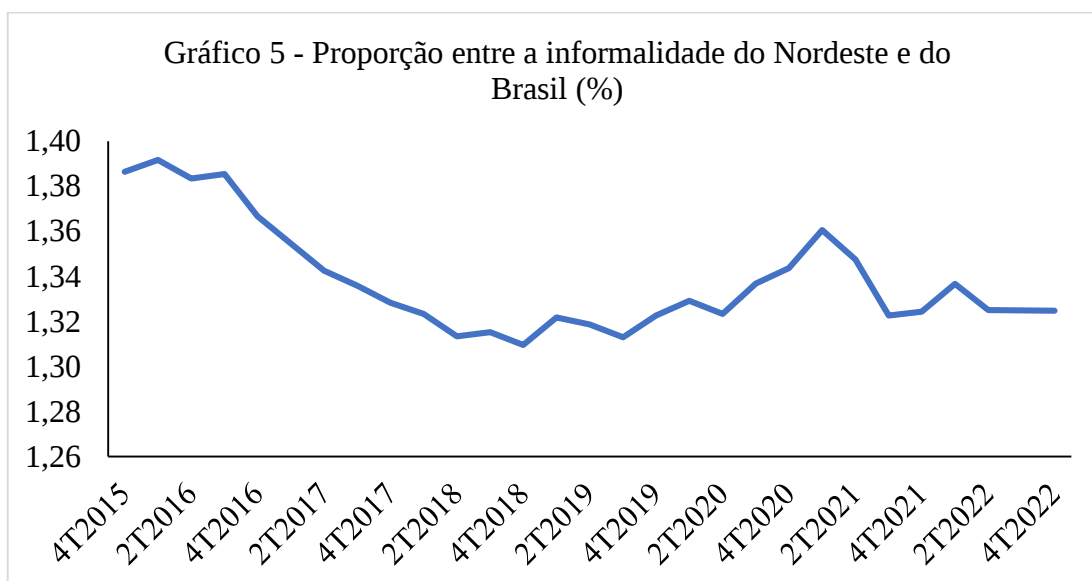
De acordo com o gráfico, a taxa de participação na força de trabalho do Nordeste entre 2012 e 2015 manteve-se estável em relação à média nacional. Contudo, a partir de 2016, observou-se um distanciamento crescente da região em comparação com o Brasil, evidenciando uma retração da participação da força de trabalho no Nordeste. Saboia (2019) confirmou que essa retração está diretamente relacionada à crise econômica, já que, a partir de 2017, a

economia apresentou uma leve recuperação, com crescimento anual pouco superior a 1% até 2019.

Baltar (2020) confirmou esse cenário ao destacar que, durante a recessão, houve um leve aumento na taxa de participação brasileira. No entanto, esse aumento não foi refletido na taxa de desocupação, que oscilou constantemente no período. Segundo a autora, o aumento do desemprego deveu-se tanto ao crescimento do número de pessoas que ingressaram na população economicamente ativa (PEA) quanto à redução do número de pessoas ocupadas.

Nesse contexto de crise, os impactos no mercado de trabalho foram inevitáveis. Durante a pandemia, ocorreram variações significativas, marcando um período especialmente desafiador tanto para o Nordeste quanto para o Brasil como um todo. De Aguiar (2023) atribuiu essas dificuldades às medidas de distanciamento social, que exerceram um impacto profundo sobre o mercado de trabalho, resultando no fechamento ou na redução das atividades de muitas empresas em um esforço para conter a disseminação da COVID-19.

Além da desocupação e da participação no mercado de trabalho, outra variável importante para caracterizar o período é a taxa de informalidade, que foi iniciada do quarto trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022, conforme o gráfico 5. Em 2015, a informalidade no Nordeste era aproximadamente 39% maior que a média nacional, o patamar mais elevado demonstrado durante a série. Durante a pandemia, esse índice foi 36% maior do que a média nacional. No entanto, apesar das melhorias percentuais, a informalidade permaneceu acima de 30% durante todo o período analisado, conforme foi observado a seguir:



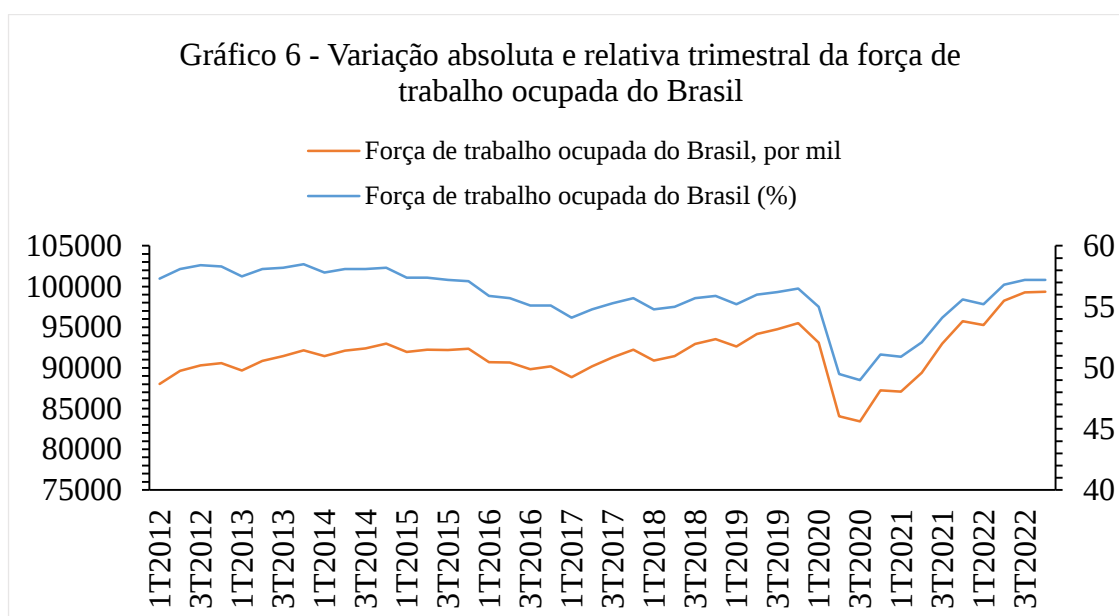
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

O desempenho apresentado acima foi definido por Barbosa (2019), ao expor que esse avanço a partir de 2017 foi resultado do papel desempenhado pelo setor informal para mitigar os impactos da crise econômica. Segundo o autor, a informalidade contribuiu para frear o aumento do desemprego, já que muitas pessoas preferiram aceitar uma renda instável e desigual em vez de enfrentar a ausência completa de rendimentos.

Além disso, a queda registrada no período pós-pandemia pode ser atribuída à abertura de novas Microempendedoras Individuais (MEIs), que, apenas no Maranhão, registraram mais de 50 mil novas empresas em 2021, segundo o Sebrae (2022). Outro fator importante foi a migração de trabalhadores para a inatividade, o que também pode ter influenciado na redução da informalidade.

Por outro lado, Catelan e Cunha (2023) destacaram que a realocação ocupacional nos setores de atividade reduziu a informalidade no Brasil em -18,44%, enquanto a realocação nas categorias de trabalho aumentou a informalidade em 7,42%. A redução foi devido à menor participação da construção civil e da indústria, setores com altas taxas de informalidade, e ao aumento nos serviços.

A maior informalidade nas categorias de trabalho decorreu do aumento do trabalho por conta própria e da redução do trabalho assalariado. Os autores ressaltaram a necessidade de melhor coordenação das políticas setoriais, sociais e de trabalho para atenuar os impactos da crise econômica no mercado de trabalho (Catelan; Cunha, 2023). A seguir, o Gráfico 6 confirma as informações apresentadas anteriormente.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

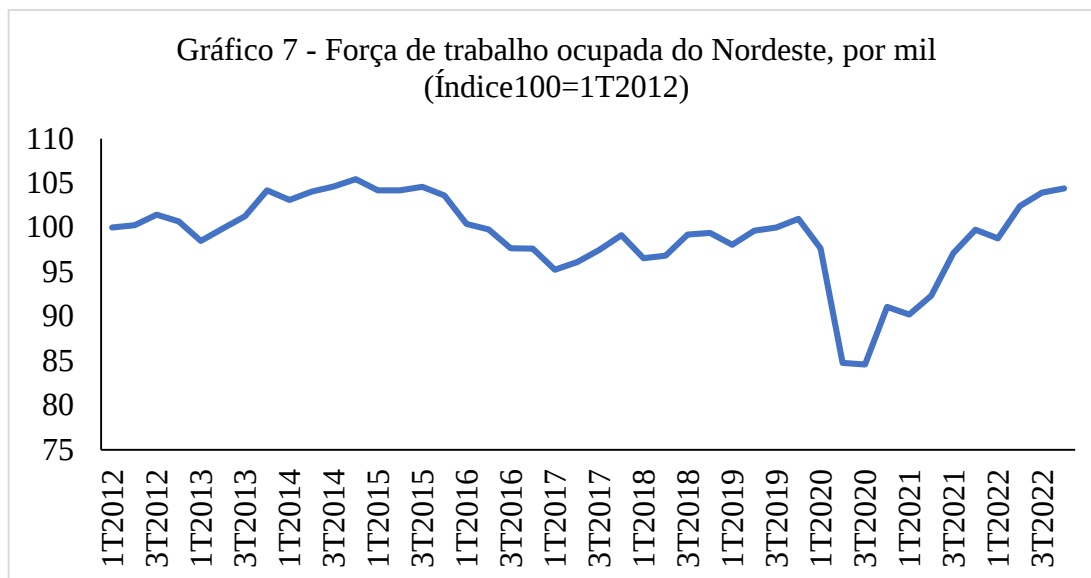
De acordo com o Gráfico 6, foram apresentados os níveis absolutos e relativos da força de trabalho ocupada no Brasil. Embora a força de trabalho, do ponto de vista absoluto tenha crescido cerca de 13% (de 88.011 para 99.370) ao longo da década, do ponto de vista relativo, ela se encontra em um nível inferior ao do início da década (58,2 para 57,2). O declínio mais acentuado ocorreu durante o período da pandemia. O gráfico indicou um padrão geral de queda ao longo do período, com uma recuperação significativa observada apenas após a pandemia.

Em relação a isso, Baltar (2020) observou que, no período pós-crise de 2014-2016 e na recuperação pós-pandemia, o aumento do número de ocupados pode estar associado à forte expansão do trabalho por conta própria e ao crescimento do emprego informal, tanto no trabalho doméstico quanto nos setores público e privado. Enquanto isso, o emprego do setor privado com carteira, que ainda representa a maior parte dos assalariados brasileiros, continuou diminuindo ao longo do período.

Embora exista sinais de recuperação do mercado de trabalho com o aumento da população ocupada, Saboia *et al.* (2021) destacaram que a crise política e econômica de 2015 já havia deteriorado os indicadores do mercado de trabalho brasileiro. Assim, as mudanças observadas após a pandemia representam, na verdade, uma recomposição de uma força de trabalho ainda impactada pela crise de 2015.

Da mesma forma, Silva *et al.* (2022) apontaram para um aprofundamento da crise política e econômica, agravada pelo ajuste fiscal, pela crise sanitária e pela deterioração dos indicadores econômicos. Trovão e Araújo (2020) acrescentaram que a Reforma Trabalhista de 2017 não alcançou a recuperação esperada do mercado de trabalho, intensificando a precarização do emprego formal e se somando aos desafios enfrentados no período.

Posteriormente, o Gráfico 7 apresentou os valores da força de trabalho no Nordeste, utilizando o número-índice, que mede a variação de determinado valor em relação a um ponto de referência, fixado em 100. Esse método facilitou a comparação ao destacar as flutuações em relação ao valor inicial de referência.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

Em relação à força de trabalho ocupada no Nordeste, os valores observados indicaram que houve um aumento no final de 2013 até o final de 2014. No entanto, o período subsequente registrou uma tendência de queda, que só foi revertida de forma mais significativa a partir de 2021. Vale destacar que a crise econômica no Brasil, que começou em 2014, impactou profundamente o mercado de trabalho, resultando em queda nos rendimentos das famílias e reestruturação das empresas, o que levou a demissões em massa e intensificação do trabalho.

Depois, Machado e Brito (2020) destacaram que os setores com maior impacto nesse processo de geração de empregos são Administração Pública, Serviços, Comércio e Indústria de Transformação. A Indústria de Transformação desacelerou a partir de 2004, enquanto o Comércio manteve estabilidade até 2014. Por outro lado, a Administração Pública apresentou oscilações a cada cinco anos e o setor de Serviços foi o último a desacelerar. Esses setores responderam de maneiras diferentes às flutuações econômicas em termos de emprego.

De forma complementar, Trovão e Araújo (2019) contribuíram para a análise dos fatores que aprofundaram a crise no Nordeste, destacando a redução da demanda agregada, o término de projetos impulsionadores, a crise nacional, o aumento da incerteza, o que impossibilitaram o avanço de novos investimentos. Além disso, a retração na atividade industrial e no setor da construção civil também impactaram o emprego, especialmente com o encerramento de grandes projetos e os cortes nos investimentos do PAC e do programa "Minha Casa Minha Vida", em um cenário de desaceleração do mercado imobiliário.

A partir da discussão apresentada, foram analisadas variáveis como a taxa de desocupação, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, a taxa de

desalento, a taxa de participação na força de trabalho, a proporção de informalidade, além das variações absolutas e relativas trimestrais do Brasil e o número-índice da força de trabalho no Nordeste.

Em quase todas essas variáveis, o Nordeste apresentou resultados inferiores aos nacionais, com exceção da taxa de desalento, que foi a única variável em que a região demonstrou superioridade. Diante disso, essa análise foi fundamental para entender a posição do Maranhão no contexto regional, conforme será abordado na seção seguinte, especialmente considerando os desafios históricos de pobreza e desigualdade que persistem na região.

Finalmente, foi evidente que a dinâmica do mercado de trabalho no Nordeste foi significativamente prejudicada pelas crises enfrentadas pelo Brasil entre 2014 e 2020, além da Reforma Trabalhista de 2017. Esses eventos impactaram negativamente as já precárias condições do mercado de trabalho na região, que, historicamente, tem enfrentado desafios relacionados à inclusão social e ao desenvolvimento econômico.

Sendo assim, as particularidades sociais do Nordeste ajudaram a explicar sua disparidade em relação à média nacional, incluindo a elevada taxa de informalidade. Como mencionado anteriormente, muitos trabalhadores optaram por aceitar empregos sem proteção em vez de permanecerem desocupados, uma escolha frequentemente motivada pela necessidade de sobrevivência. Essa realidade fez com que a quantidade de desocupados não parecesse tão extrema, já que muitos se incluíam como ocupados nas estatísticas. Além disso, a migração de pessoas para a inatividade e a redução no número de ocupados foram fatores significativos a serem considerados na análise.

Deste modo, a dinâmica do mercado de trabalho no Nordeste esteve interligada à realidade do Maranhão, refletindo os desafios comuns enfrentados por toda a região, como um elevado nível de descrédito em relação à sua sustentabilidade econômica e uma alta proporção de moradores vivendo em condições de vulnerabilidade. Dessa forma, na próxima seção, foram analisados os dados referentes ao Maranhão, com o objetivo de enfatizar a situação particular do estado durante esse período e suas especificidades em relação ao contexto regional.

3.2 Tendências e desafios do emprego no Maranhão

Esta seção teve como objetivo abordar a situação do Maranhão em relação ao Nordeste, focando na dinâmica do emprego durante os anos de 2012 a 2022. Assim como na seção 1, o objetivo foi identificar as principais mudanças e padrões nessa dinâmica, além de compreender o desempenho dos principais indicadores de emprego no período analisado.

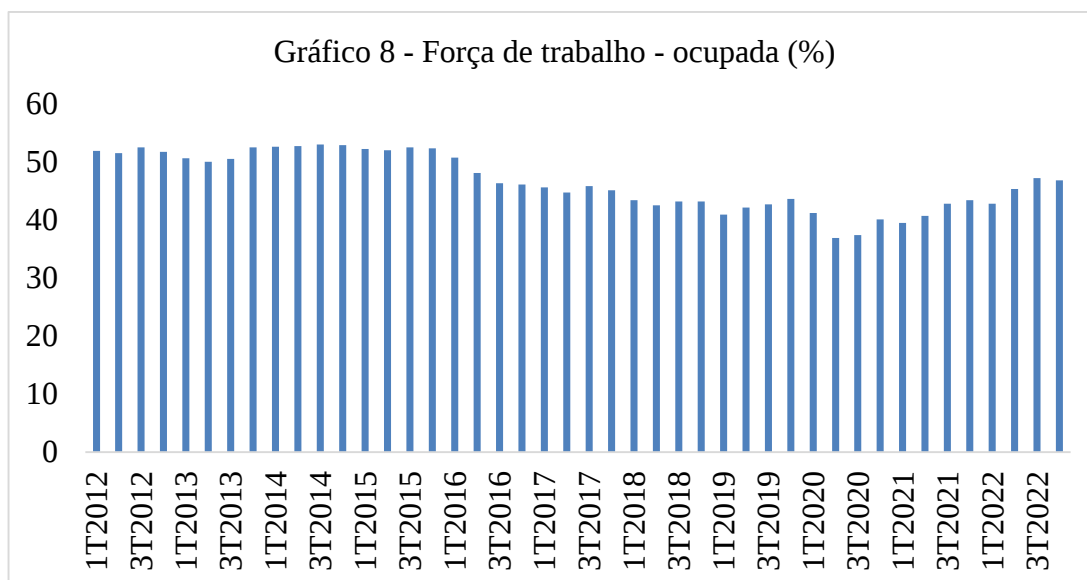
Desta maneira, a exposição foi realizada de forma similar à seção 1, por meio da análise gráfica e descritiva de diversas variáveis que medem a dinâmica do emprego. A análise relacionou os resultados do Maranhão com os do Nordeste, estabelecendo uma comparação com a média regional e identificando diferenças ou similaridades na trajetória durante o período de 2012 a 2022. A análise comparativa foi importante por várias razões, especialmente, no estudo da dinâmica do emprego.

Para atingir esses objetivos, foram analisadas diversas variáveis relacionadas ao emprego, incluindo: o nível de informalidade entre trabalhadores por conta própria, nível de informalidade no setor privado, a taxa de desocupação, taxa de informalidade, taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, a taxa de desalento, a taxa de participação na força de trabalho e a força de trabalho ocupada e desocupada.

Com esse propósito, foi essencial considerar o Maranhão como parte integrante de uma região com características socioeconômicas próprias. Essa abordagem comparativa ajudou a determinar se as tendências observadas no Maranhão estiveram alinhadas com as tendências regionais e nacionais. Além disso, permitiu identificar desigualdades e disparidades econômicas, bem como avaliar de maneira mais precisa o impacto de eventos econômicos, como crises e políticas econômicas específicas.

A análise inicial dos dados do IBGE (2022) revelou que, no terceiro trimestre de 2022, uma parcela significativa da população em idade ativa no Maranhão estava empregada, com uma grande parte desses trabalhadores inseridos em atividades informais. Esse cenário refletiu a segunda maior taxa de informalidade do país, evidenciando uma precarização do trabalho no estado. Isso perpetuou desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, aumentou a carga de trabalho e restringiu os direitos trabalhistas dos trabalhadores. Contudo, como será demonstrado a seguir, houve uma redução dessa taxa ao longo do período analisado.

Posteriormente, o Gráfico 8 apresentou uma análise percentual comparativa da força de trabalho ocupada no Maranhão (%). Os resultados encontrados seguem a mesma trajetória dos estudos de Trovão e Dedecca (2024), que descreveram um cenário de baixo desempenho econômico no Brasil na segunda década de 2000, conforme evidenciado pelo gráfico. Muniz (2023) também observou uma tendência preocupante na ocupação formal no Maranhão, especialmente no período de 2014 a 2017.

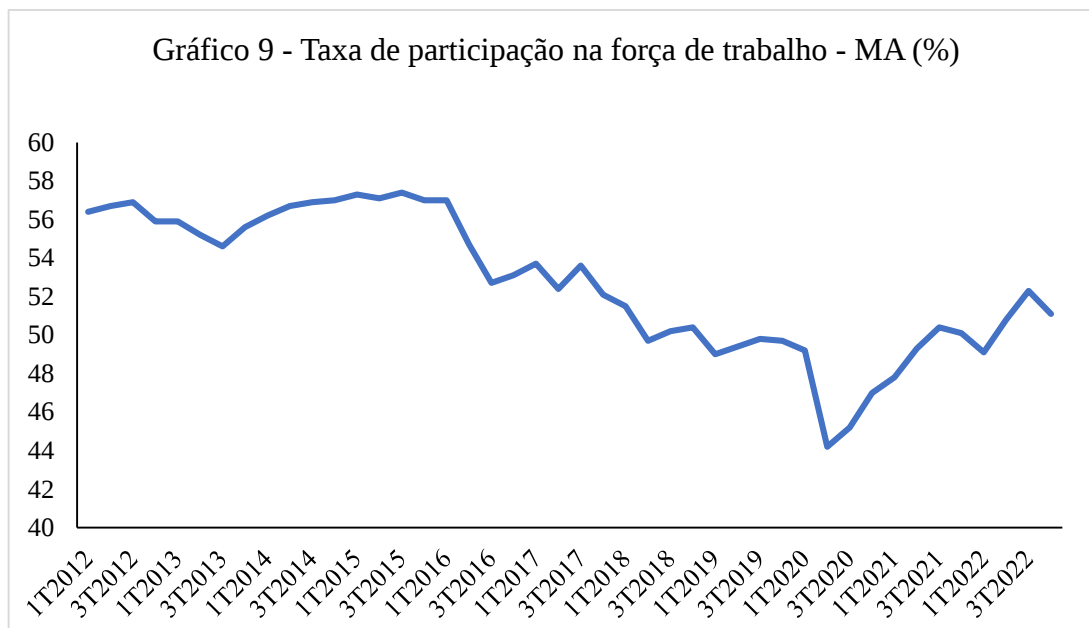


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

Os dados do Gráfico 8 indicaram uma tendência de queda iniciada em 2016, com um declínio mais acentuado no início de 2020, seguido por uma recuperação gradual a partir do quarto trimestre de 2020. No entanto, essa recuperação não foi suficiente para retornar aos níveis registrados em 2012, caracterizando um período de baixo crescimento na força de trabalho ocupada no Maranhão. Neder (2020) analisou essa dinâmica, destacando a estagnação no crescimento do nível de ocupação. De forma semelhante, Trovão e Dedecca (2024) atribuíram essa limitada capacidade de geração de empregos ao fraco desempenho econômico que marcou a última década.

Considerando que uma parte significativa dos empregos no estado foi informal, conforme relatado pelo IBGE (2022), pode-se inferir que boa parte do número de pessoas ocupadas no Maranhão se encontrou na informalidade, apesar de ocupar a quarta posição em número de pessoas ocupadas na região. Essa realidade foi observada por Pereira (2022) no mercado de trabalho do Maranhão, caracterizando-o por um mercado de trabalho com alto número de informais.

Outro ponto relevante foi a taxa de participação na força de trabalho, que indica a proporção da população em idade ativa que está empregada ou em busca de emprego. Esse indicador foi fundamental para compreender a oferta de mão de obra, o nível de engajamento da população no mercado e a capacidade do setor produtivo de absorver esse contingente. O Gráfico 9 ilustrou a evolução dessa taxa, destacando a complexidade do cenário e os desafios estruturais enfrentados pelo mercado de trabalho ao longo do período analisado.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

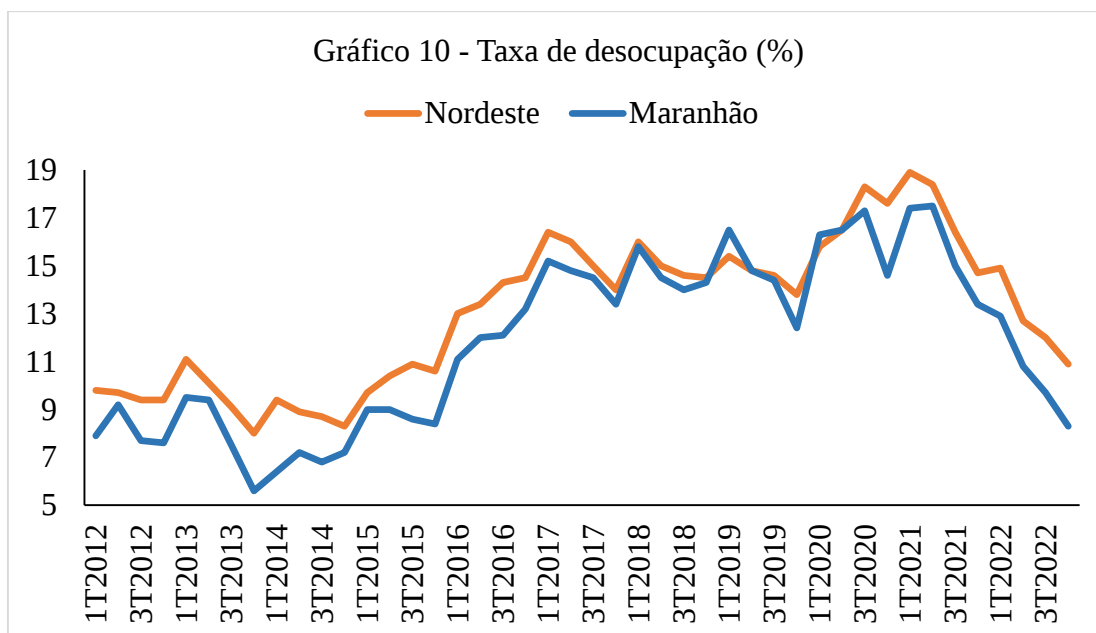
Conforme exposto anteriormente, a taxa de participação na força de trabalho do Maranhão manteve-se próxima à média do Nordeste até 2016, indicando que uma parcela significativa da população em idade ativa buscava oportunidades no mercado de trabalho (IBGE, 2023). No entanto, é importante destacar que a força de trabalho não apresentou um desempenho satisfatório ao longo do período analisado, como se observou no período de 2016 a 2020.

Assim, a queda acentuada na taxa de participação na força de trabalho não pode ser atribuída exclusivamente à pandemia. O reestabelecimento da taxa só foi alcançado apenas nos níveis de 2017. Esse declínio foi resultado da migração de pessoas ocupadas para a inatividade, evidenciando uma desconexão entre a taxa de desocupação e a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial. Esta última, ao incluir indivíduos fora da força de trabalho, coloca o Maranhão em patamares significativamente superiores aos indicados pela taxa de desocupação. Adicionalmente, a taxa de desalento também contribuiu para compreender esse movimento em direção à inatividade.

Esse cenário refletiu um aumento no número de pessoas fora da força de trabalho, uma vez que, embora a taxa de participação tenha caído a partir de 2016, essa redução não foi acompanhada por uma diminuição proporcional na taxa de desocupação. Esperava-se que as ocupações perdidas resultassem em um aumento na desocupação, o que não ocorreu. O IPEA (2024) confirmou essa tendência quando afirmou que a queda foi impulsionada pela redução do número de ocupados, enquanto a recuperação foi liderada pelo aumento da ocupação, com o desemprego desempenhando um papel secundário.

A princípio, esperava-se que a queda acentuada na taxa de participação até 2020 gerasse um aumento proporcional na taxa de desocupação. No entanto, é provável que, em vez de migrar para a desocupação, muitas pessoas tenham abandonado a força de trabalho, indo para a inatividade. Assim, a ausência de um aumento correspondente na taxa de desocupação em relação à queda na taxa de participação sugeriu que a perda de ocupação não estava resultando em desocupação, mas em inatividade, como também foi indicado pela taxa de desalento.

A seguir, o Gráfico 10 apresentou os dados sobre a taxa de desocupação no Nordeste e no Maranhão, evidenciando a parcela da população que, embora esteja disponível para trabalhar, não está inserida formalmente no mercado de trabalho.



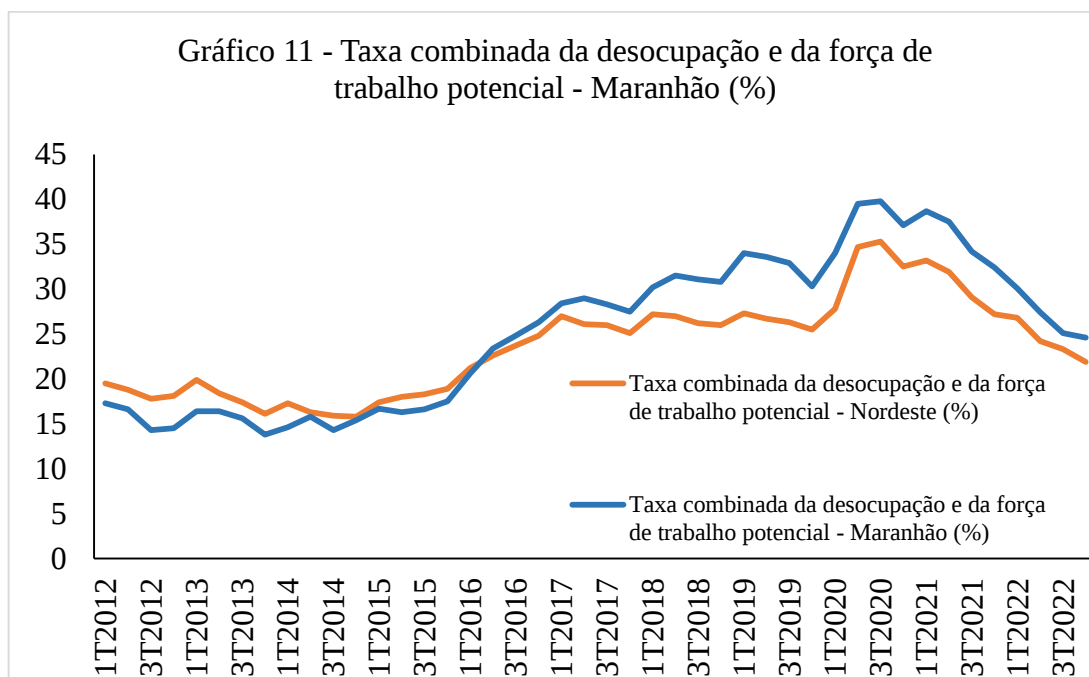
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

De acordo com o Gráfico 10, a taxa de desocupação apresentou oscilações tanto no Nordeste quanto no Maranhão. Durante a maior parte do período analisado, o Maranhão apresentou taxas inferiores às do Nordeste, com exceção de alguns momentos específicos, como no 1º trimestre de 2019 e no 1º trimestre de 2020. É importante destacar que, entre 2018 e 2020, os índices do Maranhão se aproximaram da tendência regional, evidenciando a complexa dinâmica do mercado de trabalho e sugerindo que o estado não experimentou mudanças estruturais significativas durante o período analisado.

Em concordância com o trecho anterior, Da Silva *et al.* (2023) classificaram a taxa de desocupação como um indicador de evolução lenta, marcado por variabilidades no estado do Maranhão. De forma semelhante, Silva (2019) apontou que, mesmo antes do biênio da recessão, a taxa de desocupação no Maranhão permaneceu superior à média nacional. Muniz

(2023) também destacou a relevância de entender a taxa de desocupação, ressaltando sua associação com a desigualdade de renda no estado. Diante disso, torna-se fundamental gerar empregos para atender às demandas da população e reduzir as disparidades de renda.

Outro ponto discutido foi a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial. Essa taxa influencia diretamente o crescimento da demanda agregada, especialmente quando está em níveis elevados. A análise dos resultados em relação ao Nordeste revelou, por meio desse indicador, os impactos negativos na geração de emprego no estado, conforme ilustrado no Gráfico 11.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

De acordo com o Gráfico 11, a partir de 2016, o Maranhão apresentou uma mudança significativa em relação à média regional do Nordeste, passando a registrar taxas mais elevadas. Esse aumento refletiu as persistentes instabilidades no mercado de trabalho, caracterizadas pelo aumento da inatividade no mercado de trabalho.

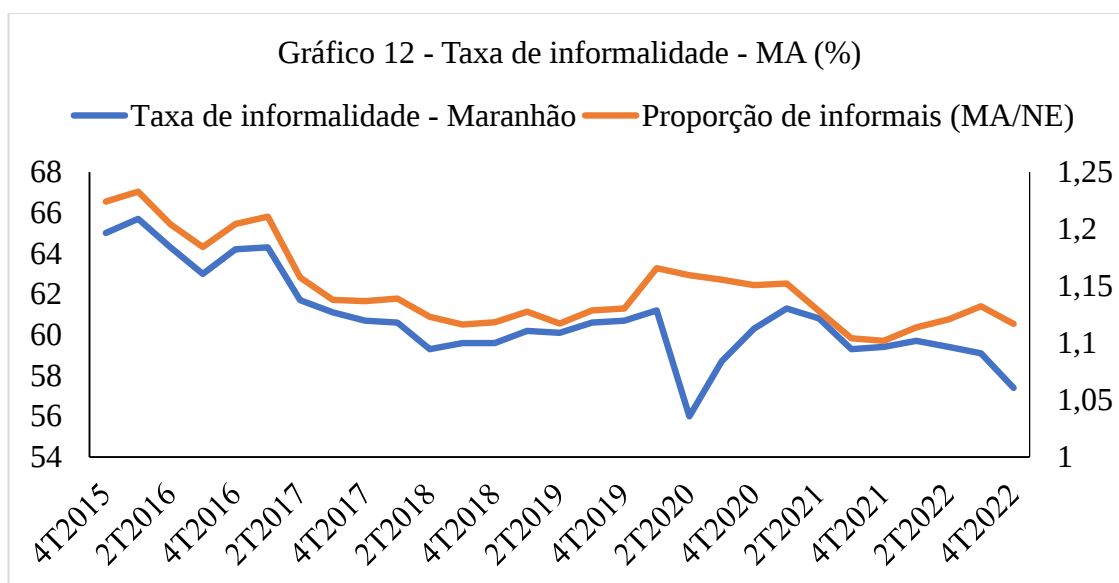
Além disso, a elevada taxa de desocupação e a subutilização da força de trabalho indicaram uma retração no consumo, evidenciada pelo baixo rendimento domiciliar per capita, que, até 2021, alcançava apenas R\$ 635, segundo o IBGE (2024b). A hipótese de capacidade ociosa também merece consideração, embora não existam dados disponíveis para medi-la no âmbito estadual.

Convém ressaltar que, enquanto no Gráfico 10, o Maranhão apresentou taxas de desocupação menores que a média do Nordeste, o Gráfico 11 revelou um cenário oposto: a partir do começo de 2016, o Maranhão registrou "taxas de desocupação combinada" superiores

às do Nordeste, com um afastamento em relação à média regional. Paralelamente, ela demonstrou que a taxa de desocupação, isoladamente, não refletiu de maneira adequada a dinâmica do mercado de trabalho, dada sua desconexão com a taxa de participação na força de trabalho.

Assim, o Maranhão registrou uma das maiores taxas compostas de subutilização, englobando desocupados, subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial. Esta última incluiu pessoas que procuram emprego ativamente, mas não estão imediatamente disponíveis, ou que desejam trabalhar e estão disponíveis, mas não buscaram emprego ativamente (IBGE, 2022). Segundo o IBGE (2022), o problema da subutilização da força de trabalho foi especialmente acentuado no Nordeste, incluindo Maranhão, Piauí, Sergipe, Alagoas e Bahia. Isso resultou em perda de renda, aumento da pobreza e desmotivação dos trabalhadores.

Sob outra forma, os dados do Gráfico 12 revelaram diferenças significativas entre a taxa de informalidade no Maranhão e a proporção de trabalhadores informais na região, em comparação com o restante do Nordeste. A análise demonstrou que a pandemia teve um impacto marcante no Maranhão, evidenciado pela queda acentuada na taxa de informalidade e pelo aumento da proporção de trabalhadores informais em relação ao Nordeste. Esses efeitos mais intensos no Maranhão foram confirmados por Brito *et al.* (2020), que classificaram o estado como o segundo mais afetado pela pandemia na região Nordeste.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

Conforme o gráfico apresentado, observou-se que o Maranhão registrou uma redução significativa na taxa de informalidade ao longo do período analisado. Esse movimento

foi especialmente influenciado pela pandemia, em 2020, quando as restrições impostas para conter a crise sanitária impactaram diretamente a atividade econômica.

De acordo com Brito *et al.* (2020), essa queda refletiu o impacto desproporcional das crises sobre os trabalhadores informais. Além disso, a redução da informalidade esteve associada à diminuição da taxa de participação na força de trabalho, que afetou a ocupação de forma geral, tanto entre trabalhadores formais quanto informais, resultando no aumento do número de pessoas na inatividade.

Por outro lado, Pereira (2022) discutiu a volatilidade de setores econômicos que, devido à predominância de informais em suas atividades, os tornam mais suscetíveis a fragilidades, uma vez que qualquer impacto pode resultar na perda de postos de trabalho. Brito *et al.* (2020) afirmaram que essa tendência também pode ser observada em períodos anteriores à crise de 2015, ressaltando que esses padrões estão enraizados na estrutura do mercado de trabalho.

Portanto, a queda na informalidade foi um fator que ajudou a explicar a estagnação da ocupação durante o período analisado. Por outro lado, observou-se que os empregos formais compensaram essa redução, mantendo a força de trabalho ocupada estável. No entanto, é relevante destacar que o Maranhão ainda apresentou altas taxas de informalidade em relação ao cenário nacional, mesmo com a queda demonstrada. Isso indica que a expansão do MEI foi uma estratégia eficaz para promover a redução da informalidade, mas que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma estrutura de mercado de trabalho mais estável e formalizada.

Vale destacar que, segundo o IBGE (2023b), a taxa de informalidade entre os grupos de sexo feminino e masculino durante o período analisado indicou que, tanto no Nordeste quanto no Maranhão, os homens apresentaram uma taxa de informalidade superior à das mulheres. Isso pode ser atribuído à maior quantidade de homens ocupados em comparação com as mulheres. Por outro lado, as mulheres estiveram mais frequentemente envolvidas em trabalhos domésticos e atividades informais de cuidado (Duarte, 2020). Essa diferença nas ocupações pode explicar a significativa disparidade observada na taxa de desocupação entre os gêneros.

De Oliveira *et al.* (2024) sugeriram a retomada do processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro, com o objetivo de ampliar a proteção aos trabalhadores. Essa recomendação se baseia no crescimento da informalidade e da precarização das relações de trabalho no Brasil, observado pelos autores no período de 2012 a 2019. Segundo Trovão e Araújo (2020), a Reforma Trabalhista de 2017 foi um dos fatores que agravaram esse cenário,

devastando direitos trabalhistas consolidados e aumentando a insegurança no mundo do trabalho.

Além disso, de acordo com o IPEA (2022a), no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), as metas estabelecidas para o Brasil, adaptadas das Nações Unidas, incluem na Meta 8.3 a promoção do desenvolvimento por meio da geração de trabalho digno, formalização, crescimento de micro, pequenas e médias empresas, empreendedorismo e inovação. Na mesma perspectiva, a Meta 8.5 busca reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho até 2030, garantindo trabalho digno com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

Nesse sentido, a alta incidência de informalidade no Maranhão não esteve alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pois não promoveu melhores oportunidades para trabalho produtivo com remuneração equitativa, segurança no local de trabalho, proteção social para as famílias, desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para expressar preocupações, participação nas decisões que afetam suas vidas e igualdade de oportunidades (Ipea, 2022a).

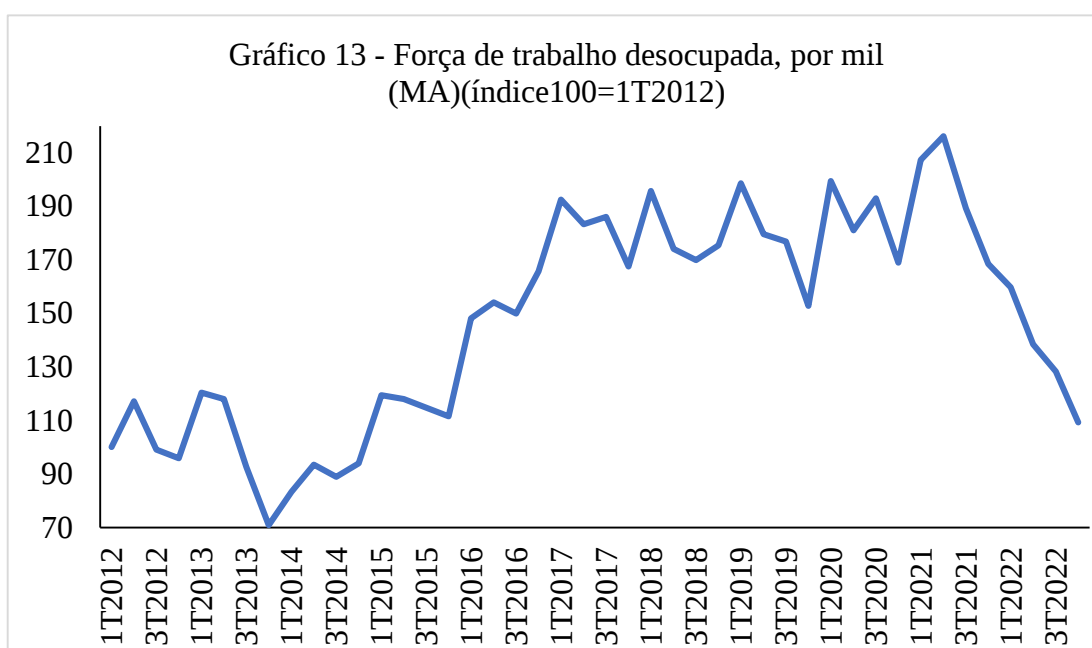
Da mesma forma, Amorim *et al.* (2020) destacaram que os danos causados pela informalidade foram evidentes, com a crise sanitária e econômica resultando em perdas de postos de trabalho e reduções salariais significativas para os maranhenses. Durante o segundo trimestre de 2020, houve uma contração considerável na massa salarial. Segundo os autores, os impactos da crise foram especialmente amplificados no setor informal. Além disso, os trabalhadores por conta própria foram os mais afetados, enquanto os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, predominantemente mulheres, tiveram uma redução no ganho efetivo comparado ao habitual.

Com base nessas considerações, Oliveira (2005) argumentou que a estruturação do mercado de trabalho ao longo do tempo é um fator explicativo para entender as disparidades observadas entre diferentes regiões e setores econômicos. Essa perspectiva é reforçada pela análise de Pereira Filho (2016), que destacou que as bases históricas do desenvolvimento do Maranhão foram marcadas pela formação de estruturas que dificultaram a inovação. Da mesma forma, Furtado (2005) destacou que a ausência de premissas históricas essenciais ao desenvolvimento foi um dos principais fatores que contribuíram para explicar as desigualdades enfrentadas pelo Maranhão.

Por outro lado, Tochetto *et al.* (2004) ressaltaram a importância de avaliar o impacto do crescimento econômico na qualidade de vida das pessoas, com ênfase na redução da

informalidade no mercado de trabalho. Isso se deve ao fato de que a informalidade impôs restrições ao acesso dos trabalhadores a direitos e benefícios fundamentais, como seguridade social, saúde e educação, resultando em impactos negativos sobre sua qualidade de vida.

Portanto, a promoção de condições mais favoráveis para o trabalho formal emergiu como uma medida essencial para mitigar a informalidade e fomentar o desenvolvimento humano no Maranhão. De outro modo, a população desocupada no Maranhão foi demonstrada no Gráfico 13.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

A análise do Gráfico 13 revelou uma tendência de aumento na desocupação no Maranhão ao longo do período analisado. É importante destacar que a população desocupada dobrou de tamanho no período, desacelerando somente a partir de 2021. Ao final da década, o estado registrou um volume de desocupação superior ao de 2012. De acordo com o IBGE (2023c), o Maranhão ocupou consistentemente a quarta posição em termos de desemprego entre os nove estados nordestinos de 2012 a 2022, evidenciando uma taxa de desemprego persistentemente elevada e estável ao longo dos anos, reforçando os desafios do mercado de trabalho local.

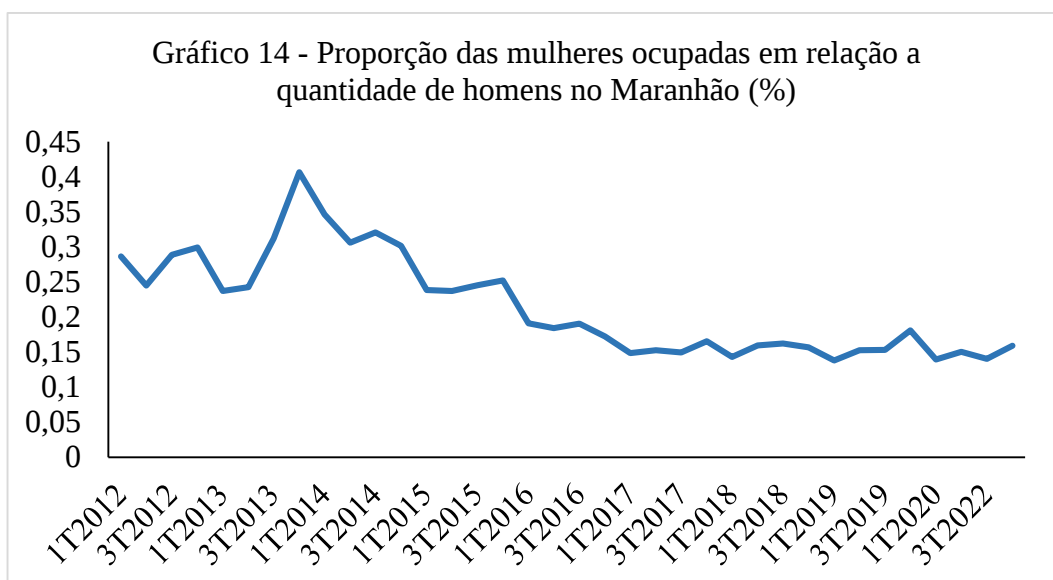
Dentre as razões que contribuíram para esse cenário, Sousa *et al.* (2024) destacaram o fechamento de postos de trabalho, que se intensificou a partir de 2015, acentuando o quadro de desocupação. Além disso, Machado e Brito (2020) descreveram essa década como um período de declínio no mercado de trabalho do Nordeste, ressaltando que o fluxo de empregos

formais tem melhor desempenho em tempos de prosperidade econômica, o que não foi observado, devido às diversas crises enfrentadas ao longo do período.

No entanto, como evidenciado anteriormente, o aumento de empregos formais ao longo do período ajudou a reduzir o número de desocupados, mas não foi suficiente para compensar a estagnação no nível ocupacional. Esse resultado refletiu o contexto de intensa retração econômica vivido na década, combinado com estruturas históricas desfavoráveis e a falta de diversificação produtiva, conforme observado por Neder (2020) e Pereira Filho (2016).

Portanto, o mercado de trabalho do Maranhão continuou a enfrentar desafios estruturais que impediam uma recuperação robusta e sustentável, mesmo com os avanços na formalização. De outra forma, a correlação de $-0,76$ entre a taxa de desocupação e a taxa de participação na força de trabalho no Maranhão sugeriu uma relação inversa, indicando que, contrariamente ao esperado, a queda na taxa de participação não levou a um aumento na taxa de desocupação. Ou seja, em vez de um indicador subir enquanto o outro cai, observou-se uma inconsistência na relação entre ambos. Contudo, embora a correlação tenha sido utilizada, não implicou necessariamente causalidade, sendo apenas uma abordagem analítica.

Desse modo, com base na análise da taxa de participação em relação à taxa de desemprego, foi essencial monitorar a participação dos trabalhadores no mercado formal, com ênfase na presença feminina, dada sua significativa representação na população maranhense. Para atingir esse objetivo, é necessário garantir que as mulheres estejam presentes em empregos de qualidade e com remuneração justa (IBGE, 2023a). No entanto, como ilustrou o Gráfico 14, a participação masculina no mercado de trabalho continuou predominante em comparação com a feminina, evidenciando que a igualdade de gênero ainda não foi plenamente alcançada.



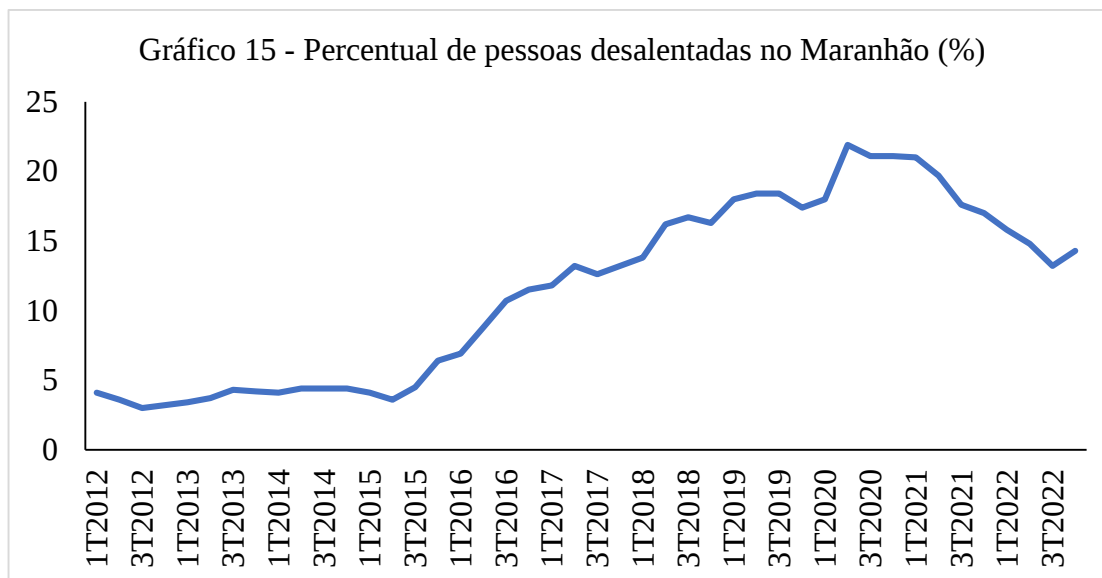
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

A redução da proporção de mulheres empregadas em relação aos homens se intensificou após a primeira crise (2014 - 2015). Antes desse período, as mulheres seguiam uma trajetória ascendente no mercado de trabalho, que se estagnou no final de 2013. Após a crise, essa tendência não se manteve, pois o mercado de trabalho em recuperação não conseguiu promover a inclusão adequada das mulheres. De acordo com Lima *et al.* (2015), isso ocorreu também porque muitas mulheres com características voltadas para atividades produtivas enfrentam uma maior probabilidade de desocupação, mesmo considerando os custos elevados de permanecerem temporariamente fora do mercado de trabalho. Além disso, o dilema entre trabalhar e cuidar do lar ainda persistia, o que contribuiu para a alta taxa de inatividade feminina.

De forma complementar, o Observatório Social e do Trabalho (2023) ressaltou que a segregação ocupacional foi um fator relevante na redução da participação feminina em comparação aos homens no mercado de trabalho. Da Silva *et al.* (2022) associaram essa diminuição ao aprofundamento da crise política e econômica, às medidas de ajuste fiscal, à crise sanitária e à deterioração de indicadores sociais. Esses fatores contribuíram para perpetuar as desigualdades de gênero, gerando um retrocesso significativo nas conquistas de equidade no ambiente de trabalho.

Dessa forma, considerando o gráfico, observou-se que a proporção de mulheres ocupadas em relação ao número de homens começou um pouco acima de 28% em 2012 e apresentou várias oscilações ao longo da série. Embora tenham ocorrido alguns aumentos durante o período, essa tendência não se consolidou, e o percentual de mulheres não chegou a 45% do percentual de homens ocupados. Esses valores indicaram uma avaliação menos favorável da ocupação feminina ao longo do período. Vale destacar que, durante a pandemia, não houve coleta de dados, e, em consequência, esses dados foram excluídos para permitir uma análise mais clara.

Esses dados foram reforçados por Muniz (2023), que destacou a menor participação feminina na força de trabalho; por Cirino e Lima (2011), que discutiram a posição financeira desvantajosa das mulheres em comparação com os homens; e pelo boletim do Observatório Social e do Trabalho (2023), que revelou que a remuneração média mensal das mulheres no Maranhão permaneceu consistentemente inferior à dos homens em todos os níveis de escolaridade. Essas disparidades evidenciaram a persistente desigualdade de gênero no mercado de trabalho maranhense. Nesse contexto, o Gráfico 15 evidenciou a parcela de desalentados no Maranhão no período de 2012 a 2022, refletindo essa tendência nacional.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

De tal modo, no Maranhão, o nível de desalento manteve-se estável até 2015, quando passou a crescer de forma generalizada, com interrupção apenas em 2020, iniciando uma tendência de queda que, ainda assim, não retornou aos níveis iniciais da série histórica. Silva (2019) atribuiu esse comportamento à desestruturação do mercado de trabalho, resultante da crise política e econômica intensificada no começo de 2015.

De forma complementar, Trovão e Araújo (2020) apontam que a reforma trabalhista (2017-2019) impactou negativamente o mercado de trabalho brasileiro, pois não conseguiu impulsionar o emprego formal. Pelo contrário, aliada à recessão e à lenta recuperação econômica, reforçou tendências como o aumento da subutilização da força de trabalho, o crescimento da informalidade, a substituição de empregos de melhor remuneração por vagas de baixos salários, a expansão de postos vulneráveis e a persistência de elevados índices de desocupação.

Além disso, segundo os autores, ao introduzir o contrato de trabalho intermitente, a reforma trabalhista também contribuiu para a ampliação dos contratos por tempo parcial e por prazo determinado. Essas modalidades trouxeram ao mercado de trabalho formal características comumente associadas à informalidade, como elevada rotatividade, insegurança em relação à remuneração, instabilidade, vulnerabilidade e desproteção social (Trovão e Araújo, 2020)

De outra maneira, Duque (2019) afirmou que o aumento da taxa de desalento no Nordeste foi resultado tanto da migração de desocupados para essa condição quanto da permanência prolongada de indivíduos desalentados. Dessa forma, como mencionado anteriormente, o aumento da taxa de desalento e a queda na participação da força de trabalho estiveram diretamente relacionados à redução na ocupação e à perda de empregos para a

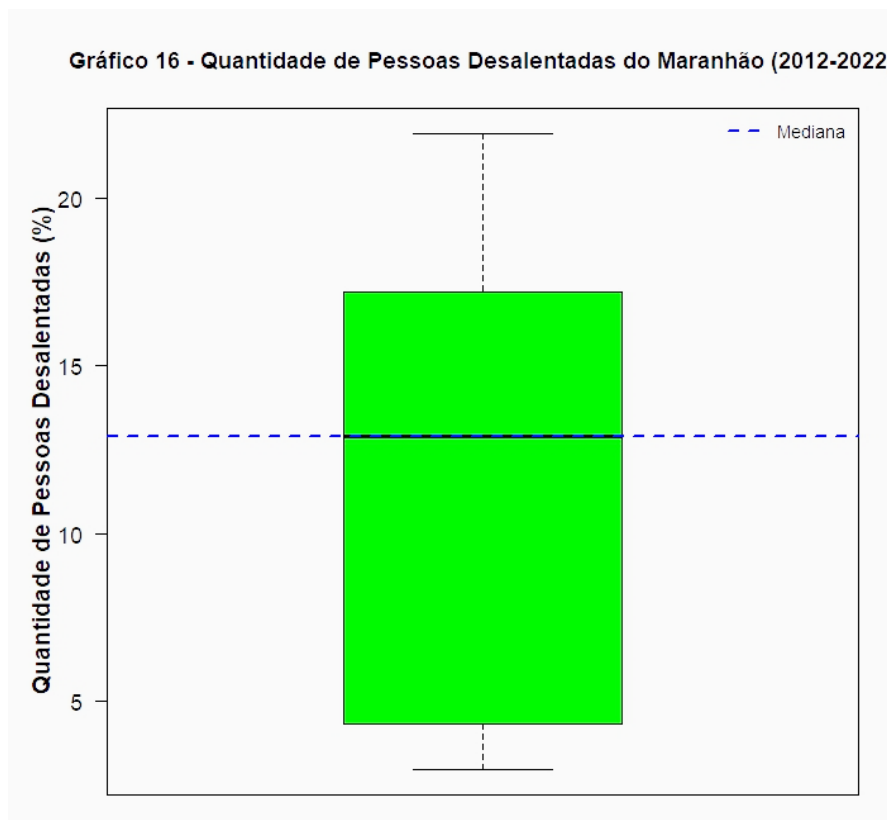
inatividade, fenômeno que, como foi demonstrado, ocorreu antes da pandemia.

Isso evidenciou que uma parcela da população estava carente de políticas públicas que promovam sua inclusão no mercado de trabalho ou simplesmente não encontraram incentivos para superar sua situação de desânimo e descrédito em relação ao mercado de trabalho.

Outro estudo que abordou a questão do desalento foi o de Barbosa (2019). O autor apontou 2014 como o início da crise no mercado de trabalho, caracterizada pelo aumento explosivo do desemprego e pela interrupção na geração de empregos formais. Já 2015 foi marcado pelo crescimento acentuado no número de desalentados, refletindo o abandono de parte da população na busca por emprego.

Quanto aos motivos para as pessoas estarem desalentadas, Saboia (2019) destacou que o principal motivo para o desalento é a falta de trabalho na localidade. No Nordeste, 78,3% dos desalentados apontam essa razão, enquanto no Sudeste, embora também seja um dos principais motivos, corresponde apenas a 33,3%. No Sudeste, outros fatores também se destacam, como a falta de trabalho adequado (31,7%) e questões etárias, como ser muito jovem ou muito idoso (24,1%).

Em seguida, o gráfico 16 trouxe uma análise relacionada a quantidade de pessoas desalentadas no Maranhão (%).

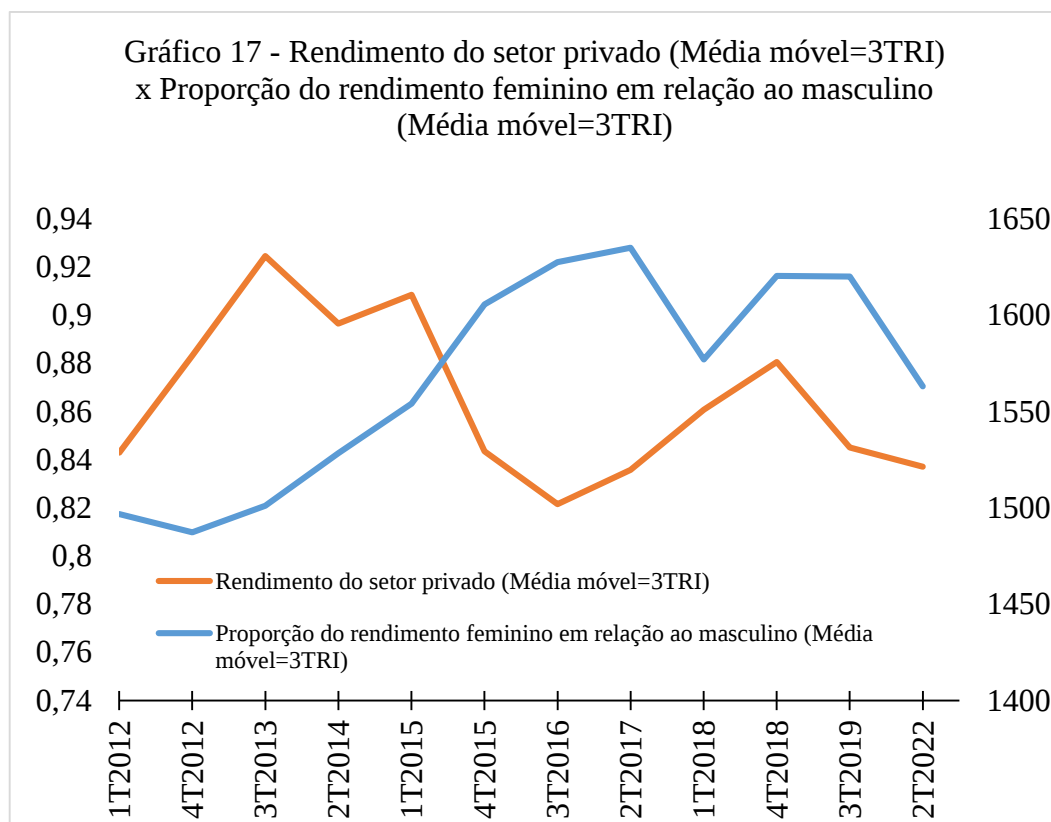


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

Conforme o Gráfico 16, a distribuição da porcentagem de pessoas desalentadas no estado do Maranhão ao longo do período de 2012 a 2022 foi apresentada por meio de um boxplot, que é uma ferramenta gráfica que permite uma melhor visualização dos dados. A mediana identificada está um pouco acima de 12%. Isso significa que, em 50% dos anos analisados, a taxa de desalento foi igual ou inferior a 12%, enquanto nos outros 50% a taxa foi superior a 12%.

Pode-se inferir que a taxa de desalento no Maranhão, ao longo do período analisado, mostrou uma tendência de concentração em torno de 12%. Embora tenha havido variações ao longo dos anos, essas oscilações foram pouco expressivas, indicando uma relativa estabilidade no indicador. Além disso, a ausência de outliers reforçou que não houve anos com taxas de desalento significativamente acima ou abaixo da média. No entanto, o valor de 12% não pode ser considerado menos alarmante, pois o aumento mais acentuado nos dados só ocorreu a partir de 2015.

Após isso, o rendimento do setor privado foi comparado à proporção do rendimento feminino em relação ao masculino, utilizando números-índices, conforme indicado no Gráfico 17.

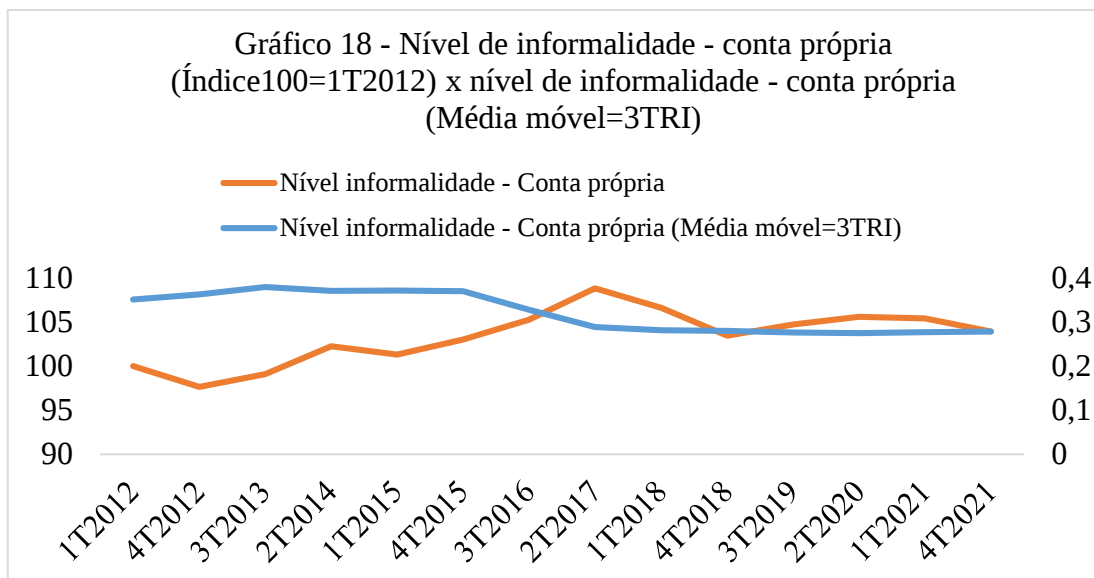


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

As informações apresentadas no Gráfico 17 mostraram que, ao longo do período analisado, a média móvel de 3 trimestres, de 2012 a 2022, revelou um comportamento inverso entre duas taxas, evidenciado em dois períodos distintos. A correlação de -0,41 confirmou que, à medida que uma taxa aumenta, a outra tendeu a diminuir, reforçando a ideia de que essas taxas são inversamente proporcionais.

Uma interpretação plausível é que o crescimento da participação das mulheres na renda total, em relação aos homens, se deve, em grande parte, à queda na média dos salários no setor privado. Isso não significa, entretanto, que os salários das mulheres tenham, de fato, aumentado. Tal dinâmica revelou que o setor privado continuou favorecendo os rendimentos masculinos em detrimento dos femininos, perpetuando a desigualdade de gênero ao não implementar medidas eficazes para reduzir essa disparidade.

Além disso, o nível de informalidade dos trabalhadores por conta própria (avaliados por meio do número-índice) e sua evolução representada pela média móvel foram demonstrados no Gráfico 18.



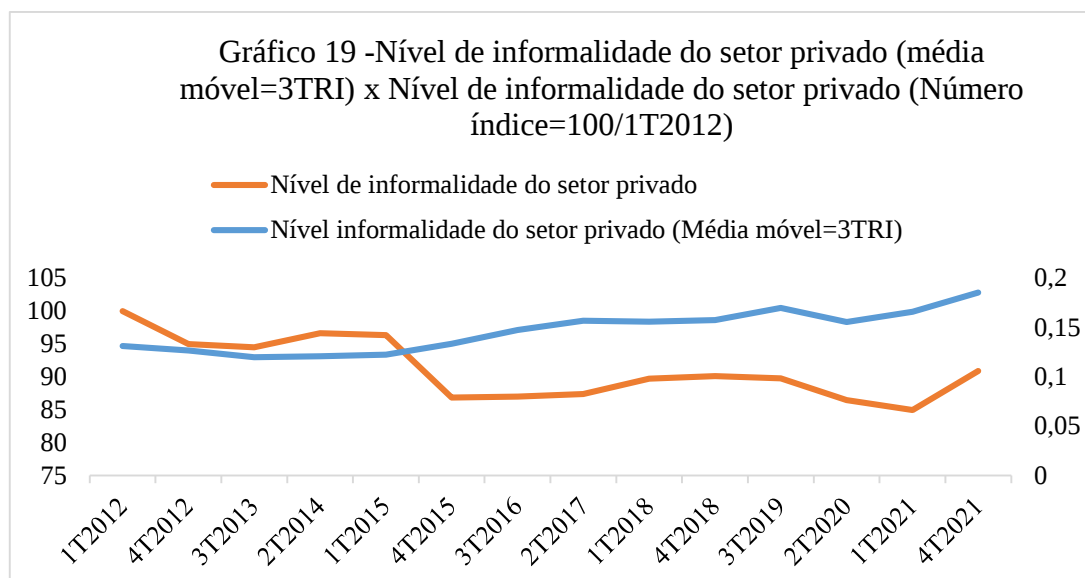
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

Conforme demonstrado anteriormente pelo gráfico, foi apresentada a evolução do nível de informalidade para trabalhadores por conta própria, com um índice de base 100 no primeiro trimestre de 2012 (1T2012), e também a média móvel trimestral do nível de informalidade no mesmo segmento até o quarto trimestre de 2021 (4T2021), que se estende até 3T2022. O período de maior alta na informalidade ocorreu entre o 2T2015 e 2T2017, com o nível de informalidade atingindo um valor de quase 9% maior que o início da série, em 2012.

A partir de 2017, o nível de informalidade mostrou uma tendência de queda, embora não tenha retornado aos níveis observados antes de 2015. As duas linhas convergem em 4T2021, indicando que o nível de informalidade e sua média móvel estão mais alinhados, sugerindo uma estabilidade na informalidade dos trabalhadores por conta própria nesse período. Segundo Brito *et al.* (2020), essa estabilidade esteve associada a uma redução no quantitativo dos trabalhadores informais pelo período da pandemia.

Outra possibilidade foi que essa tendência de queda seja consequência da redução da força de trabalho, o que leva os indivíduos a recorrerem à inatividade, como demonstrado pela taxa de participação na força de trabalho. Vale destacar que, nessa categoria, houve um aumento significativo em relação ao valor de referência, apesar da perda de trabalhadores informais ao longo do período, seja pelos efeitos da pandemia, seja pelo aumento da inatividade.

De maneira similar ao Gráfico 18, o nível de informalidade do setor privado foi demonstrado, com auxílio do número-índice.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

O Gráfico 19 apresentou o nível de informalidade no setor privado do Maranhão, tomando como base o índice 100 no 1º trimestre de 2012 (1T2012) e a média móvel de três trimestres (3TRI), que suavizou as oscilações ao longo do tempo. Entre 2012 e 2015, observou-se uma tendência de queda na informalidade, comportamento que, como discutido anteriormente, pode ser atribuído à redução da participação na força de trabalho registrada nesse período.

Esse comportamento esteve alinhado com as observações de Machado e Brito (2020), que destacou uma intensa retração econômica no período, sem um aumento significativo na geração de empregos formais. Além disso, os impactos negativos da crise de 2015 no setor privado foram corroborados por Silva *et al.* (2022). De forma semelhante, o IPEA (2018) enfatizou que o mercado de trabalho no Nordeste foi caracterizado por altos índices de desemprego e informalidade. No entanto, no caso do Maranhão, durante o período analisado, observou-se uma redução na informalidade, embora ela continue sendo um desafio no mercado de trabalho.

Por outro lado, é importante destacar que, com o fim das medidas de proteção contra a pandemia de COVID-19, embora o mercado de trabalho tenha mostrado sinais de recuperação, as condições para o ingresso em empregos formais permaneceram inadequadas. Como consequência, muitos trabalhadores recorreram à informalidade como uma alternativa mais viável à desocupação, o que explicou os aumentos registrados a partir de 2021. No entanto, ao menos em duas das taxas de informalidade mencionadas anteriormente, observou-se uma redução entre 2012 e 2020, com exceção do nível de informalidade entre os trabalhadores por

conta própria, que apresentou um pequeno aumento. As outras duas taxas, por sua vez, registraram uma redução.

Em outra contribuição relevante, Silva (2019) afirmou que o Maranhão possui desigualdades que marcam sua estrutura econômica e social, além de um mercado de trabalho com um padrão de estruturação inferior à média nacional. Este ponto foi defendido neste trabalho e está relacionado aos gráficos 8 (Quantidade de pessoas ocupadas no Maranhão em relação ao Nordeste (%)), 9 (Taxa de participação na força de trabalho (%)), 11 (Força de trabalho desocupada, por mil), 13 (Taxa de desocupação (%)), 14 (Percentual de pessoas desalentadas (%)) e 15 (Taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial).

Do ponto de vista setorial, a análise de Silva (2019) para o período de 2000 a 2016 revelou uma concentração na geração de empregos formalizados na Administração Pública, com o setor de serviços sendo o maior contribuinte para o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada. Da mesma forma, Machado e Brito (2020) destacaram que a Administração Pública foi o setor que mais gera empregos durante o auge e o setor de serviços foi o que mais gerou empregos líquidos. Esse estudo apoia esses achados, evidenciando concordância com as conclusões apresentadas.

Desse modo, durante essa seção, foram examinadas a quantidade de pessoas ocupadas do Maranhão em relação ao Nordeste (%), a taxa de participação na força de trabalho (%), a taxa de informalidade (%), força de trabalho desocupada, por mil, taxa de desocupação (%), taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial (%), proporção das mulheres ocupadas em relação aos homens (%), percentual de pessoas desalentadas (%). Além disso, foram discutidas a proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens, rendimento do setor privado e nível de informalidade do setor privado e conta própria.

A partir disso, identificou-se que a taxa de desocupação no Maranhão apresentou médias inferiores a média regional do Nordeste, embora tenha acompanhado as tendências observadas na região entre 2016 e 2021. Em 2021, ambas as curvas passaram a apresentar uma trajetória de queda. No entanto, essa métrica foi insuficiente para refletir plenamente a realidade do mercado de trabalho local. Em contrapartida, a análise da taxa combinada de desocupação revelou que, desde o começo de 2016, houve um distanciamento significativo em relação à média do Nordeste.

Isso indicou que, em vez de transitar para o desemprego, muitas pessoas têm abandonado o mercado de trabalho, como evidenciado pelo aumento da taxa de desalento no Maranhão. Essa dinâmica foi capturada pela taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, que fornece uma visão mais ampla do desemprego e da subutilização da força de

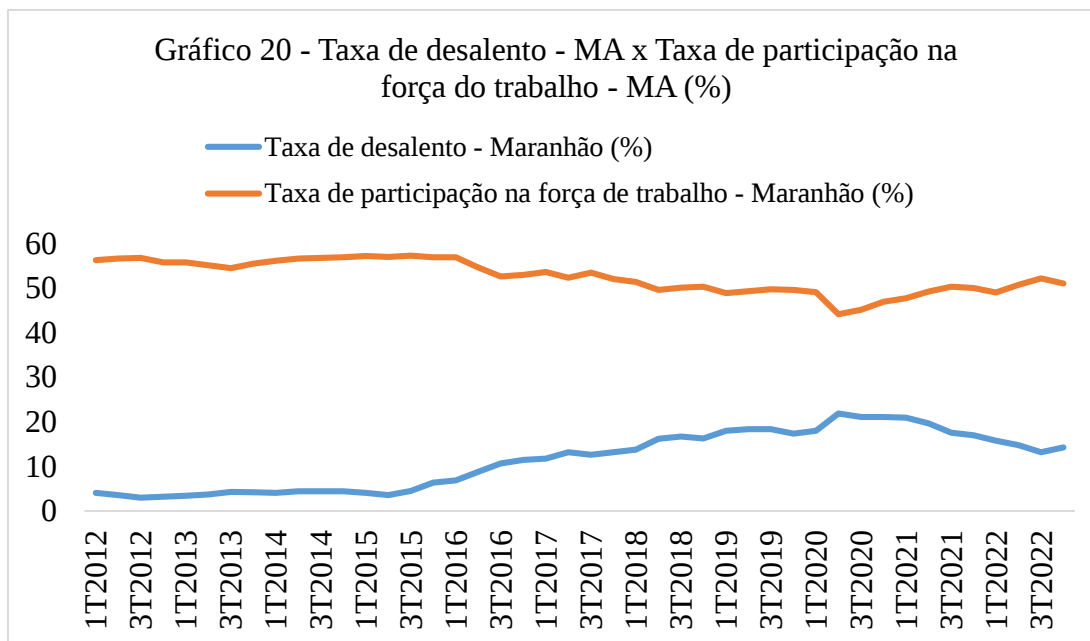
trabalho na economia.

Sendo assim, a análise da taxa combinada de desocupação e da força de trabalho potencial revelou um cenário ainda mais preocupante do que o indicado pela taxa de desocupação isolada. No Maranhão, os indicadores apresentaram médias superiores às do Nordeste, que, por sua vez, superaram a média nacional. Esse quadro evidenciou o agravamento de problemas como o subemprego e a subutilização da força de trabalho, reforçando a urgência de intervenções mais eficazes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho local.

Outro aspecto preocupante no Maranhão, também refletido no Nordeste, foi a alta taxa de desalento. No Nordeste, essa taxa superou a média nacional, evidenciando que os efeitos do desalento são mais intensos na região, onde as barreiras para permanência no mercado de trabalho são maiores. Esse cenário apontou para a falta de atratividade do mercado de trabalho, um padrão também observado no Maranhão, especialmente após a crise de 2014-2015. Assim, o desalento tornou-se um dos indicadores mais alarmantes ao longo do período analisado, algo que não era observado no início da série histórica.

No que diz respeito ao grau de engajamento da força de trabalho, o Nordeste manteve um padrão estável ao longo do período analisado, com exceção da retração registrada durante a pandemia. No Maranhão, por outro lado, observou-se uma tendência de queda contínua, exacerbada pelas crises e pela reforma trabalhista de 2017 que impactaram a região. No entanto, essa redução não pode ser atribuída apenas a esses eventos, mas também ao aumento da inatividade.

Esse fenômeno foi evidenciado pelo gráfico 20, que mostra que a perda de ocupação resultou em uma maior transição para a inatividade. Em outras palavras, um número crescente de pessoas tem se afastado da força de trabalho, enquanto a taxa de desalento tem aumentado na direção oposta.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADC/T (IBGE, 2023).

De acordo com o gráfico acima, foi possível observar a relação entre as duas taxas, pois, como mencionado anteriormente, à medida que a taxa de participação começa a diminuir, ocorre um aumento correspondente na taxa de desalento. Isso confirma o panorama previamente apresentado, no qual, quando os empregos são perdidos na taxa de participação na força de trabalho, os trabalhadores tendem a migrar para a inatividade.

Inclusive, a redução da informalidade foi uma consequência dessa diminuição na participação. Com isso, no que se refere à informalidade no Nordeste, observou-se que o padrão permaneceu elevado ao longo do período, embora tenha flutuado em diversos momentos. Vale destacar que os efeitos da informalidade já eram evidentes antes dos acontecimentos que afetaram o território brasileiro, configurando-se como um padrão regional persistente.

De maneira semelhante, o Maranhão se inseriu nesse panorama, apresentando índices elevados de informalidade, mesmo antes das crises. No entanto, ao analisar o padrão da taxa de informalidade ao longo do período, observa-se que houve, de fato, uma redução. Ou seja, apesar dos índices elevados, foi possível constatar uma redução na taxa. Um comportamento semelhante de redução também foi observado no nível de informalidade entre os trabalhadores do setor privado.

Em relação à força de trabalho ocupada no Nordeste, não se observaram grandes avanços ao longo do período, com várias reduções registradas na série. Os valores comparados ao valor de referência indicaram a ausência de incrementos significativos. No Maranhão, a força de trabalho ocupada seguiu a tendência do Nordeste, sem apresentar evolução positiva, sendo

ainda mais impactada durante o período da pandemia. Por outro lado, a força de trabalho desocupada do Maranhão foi a única variável a se destacar na análise, apresentando valores consistentemente superiores aos registrados no valor de referência no início da série.

Outro padrão que se manteve ao longo do período foram as disparidades de gênero na ocupação no Maranhão, com as mulheres enfrentando um agravamento da situação, especialmente em função das crises nacionais e, possivelmente, pela redução da taxa de participação registrada ao longo desse período. Esse cenário foi marcado pela menor participação feminina no mercado de trabalho em comparação aos homens. Além disso, constatou-se que a relação entre os rendimentos das mulheres e dos homens só apresentou melhora em termos relativos quando a média geral do setor sofreu uma piora.

Em relação ao nível de informalidade, observou-se que, no caso dos trabalhadores por conta própria, houve um aumento ao longo do período, com valores superiores aos de referência. A média móvel, por sua vez, apresentou oscilações, indicando que os períodos de alta foram pontuais e não refletiram uma tendência duradoura. No setor privado, o comportamento foi marcado por um período de queda no nível de informalidade.

Assim, ao analisar a dinâmica do emprego no Maranhão, é fundamental destacar a persistência de padrões que representaram desafios significativos para o estado. Entre esses padrões, destacou-se a redução na taxa de participação na força de trabalho, que refletiu a diminuição das ocupações e o aumento do número de pessoas migrando para a inatividade. Esse fenômeno não foi consequência da pandemia, pois a taxa já apresentava uma queda acentuada antes e, mesmo durante a recuperação, só conseguiu se reestabelecer ao nível de 2017.

Esse fator ajuda a entender os motivos por trás da redução da informalidade e do aumento do desalento. Por outro lado, a desigualdade de gênero se apresentou como um obstáculo ao acesso a oportunidades no mercado de trabalho, assim como a desproporção salarial entre homens e mulheres. Além do mais, a taxa de desocupação continuou sendo uma questão preocupante, pois não refletiu adequadamente a realidade do mercado de trabalho.

Da mesma forma, os avanços em relação à força de trabalho ocupada e à participação no mercado de trabalho foram limitados. Esse cenário evidenciou que a última década não foi particularmente produtiva para o emprego no estado, sendo impactada pelas crises enfrentadas e pelas dificuldades estruturais já presentes. Assim, a diminuição na taxa de desocupação e na taxa de informalidade deve ser interpretada com cautela, pois pode ser resultado da migração das pessoas para a inatividade. Portanto, o Maranhão enfrentou desafios típicos do contexto nordestino, que dificultaram sua competitividade em relação a outras regiões do país.

Logo, muitos padrões se mantiveram, enquanto outros foram intensificados. Nesse contexto, surgiram desafios significativos relacionados às variáveis do emprego, como a redução do trabalho estável e regulamentado, e o crescimento de formas alternativas de ocupação, como o "empreendedorismo", o "cooperativismo", o "trabalho voluntário" e o "trabalho atípico", conforme analisou Antunes (2007). O autor também destacou a feminização do mercado de trabalho e a expansão da informalidade, que, embora tenha reduzido no período, ocorreu em grande parte devido à redução de pessoas na força de trabalho.

No que diz respeito à feminização, embora o Maranhão ainda enfrente desafios, isso não significa a ausência de iniciativas para reduzir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, uma vez que essa questão é uma demanda em nível nacional. Quanto ao avanço do trabalho atípico, Lima e Bridi (2019) apontaram para a substituição gradual de postos em setores como transporte, confecção e até mesmo na área do conhecimento, impulsionada pela automação e robótica. Ao mesmo tempo, os autores ressaltam que novas ocupações tendem a surgir, exigindo níveis mais elevados de qualificação e especialização técnica.

Lima e Bridi (2019) também destacam os empregos de plataforma, como os de entregadores e criadores de conteúdo digital, caracterizados pela ausência de vínculos formais, estabilidade e direitos, além da falta de controle sobre a jornada e garantias trabalhistas. Nesse cenário, as redes sociais surgem como uma ferramenta essencial de resistência, proporcionando acesso a informações sobre oportunidades e direitos, além de viabilizarem a mobilização e novas formas de organização coletiva, desafiando o modelo sindical tradicional.

Assim, as novas modalidades de inclusão ocupacional devem ser analisadas, pois tendem a reduzir os postos de trabalho e ampliar o número de pessoas que deixam a ocupação para a inatividade. Durante o período analisado, esses fatores, somados às crises, impactaram diretamente as condições de emprego, evidenciando o declínio das formas tradicionais de ocupação e a influência das novas dinâmicas laborais. Essas transformações refletem, em parte, a precarização resultante da flexibilidade e das inovações tecnológicas. Diante disso, reforça-se a necessidade de políticas mais eficazes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e ampliar a igualdade de oportunidades no estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do panorama apresentado, foi realizada uma análise que compara a região Nordeste à média nacional, com o objetivo de entender o posicionamento do Maranhão no contexto regional. Esse enfoque permitiu compreender como a posição geográfica e a origem histórica do estado influenciam seu desempenho no mercado de trabalho. Observou-se que o Maranhão enfrentou os mesmos desafios típicos da região Nordeste e que sua taxa de desocupação não refletiu de forma adequada a realidade do mercado de trabalho.

Em relação à taxa de participação na força de trabalho, o Maranhão apresentou um valor inferior à média regional, apresentando uma queda acentuada que indica que a pandemia não foi o único fator responsável por essa redução. Esse cenário sugere que muitos trabalhadores migraram diretamente para a inatividade após perderem seus empregos, como evidenciado pela elevação da taxa de desalento.

Nesse sentido, destaca-se que o Maranhão não conseguiu alcançar um desempenho capaz de superar os patamares em que se encontrava. Além dos desafios persistentes desde o início da década, outros foram perpetuados ao longo do tempo. Vale ressaltar que, embora a informalidade tenha diminuído ao longo do período, refletindo ganhos para o mercado de trabalho, a quantidade de empregos informais ainda era significativa. Contudo, essa redução foi resultante, em grande parte, da saída de pessoas para inatividade.

Foi evidente que o baixo nível de desenvolvimento do estado contribuiu para esses resultados, estando diretamente relacionado à escassez de oportunidades. Como discutido na revisão de literatura, a geração de empregos está atrelada à existência de investimentos, que por sua vez dependem de expectativas positivas, algo que não foi compatível com o que o estado ofereceu, conforme explanado por Keynes (1983).

Variáveis como a taxa de participação na força de trabalho, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial, a taxa de desalento, e as taxas de força de trabalho ocupada e desocupada foram fundamentais para alcançar essa conclusão. Além dessas, também foram analisados a taxa de informalidade, o nível de informalidade no setor privado e entre os trabalhadores conta própria, bem como a desigualdade de gênero, evidenciada pela participação feminina no mercado de trabalho e pelas diferenças salariais.

Esses achados foram evidenciados pelo fato de que, à medida que a média salarial do setor privado aumentava, os rendimentos das mulheres, em comparação aos dos homens, diminuía, o que indicou que os rendimentos femininos só melhoravam quando havia uma queda na média salarial geral do setor privado. Por outro lado, a valorização dos homens em

detrimento das mulheres ficou clara nesse setor. Além disso, a participação feminina no mercado de trabalho foi consistentemente inferior à masculina durante todo o período analisado.

Por fim, verificou-se que a taxa de desocupação não refletiu adequadamente a dinâmica do mercado de trabalho, pois aqueles que perdem sua ocupação podem estar migrando diretamente para a inatividade, o que não foi captado por essa taxa, podendo mascarar eventuais quedas na desocupação. Em contrapartida, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial corroborou essa análise, ao revelar uma taxa que inclui aqueles fora da força de trabalho, o que foi confirmado pela taxa de desalento e pela taxa de participação no mercado de trabalho.

Portanto, o estudo destacou, no período analisado, desafios persistentes no mercado de trabalho e sublinha a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a promoção de um mercado mais inclusivo e sustentável. Em relação ao futuro, este estudo será útil para avaliar se as mudanças observadas em outros períodos possuem um caráter mais duradouro. Essa análise se torna especialmente relevante considerando que o período estudado não apresentou transformações estruturais significativas, o que constitui um obstáculo, já que os desafios identificados não poderão ser superados por ações pontuais. Nesse contexto, seria recomendável realizar comparações com outros períodos de igual duração para identificar mudanças que, de fato, sejam mais sustentáveis.

Ao realizar análises futuras, será importante verificar se essas deficiências continuam sendo obstáculos para mudanças sustentáveis capazes de alterar o prognóstico desfavorável identificado. Assim, o estudo servirá como base para evitar que ações ou iniciativas pontuais sejam interpretadas como soluções definitivas, uma vez que a economia é intrinsecamente instável e o histórico do estado não favorece resultados imediatos ou superficiais. Em síntese, este trabalho ressaltou a importância do emprego como uma área essencial para a economia, que deve ser enriquecida a partir de múltiplas vertentes, permitindo análises diversificadas e oferecendo um maior aporte de instrumentos para a tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Christoph; BUSTOS, Paula; PONTICELLI, Jacopo. The effects of climate change on labor and capital reallocation. **National Bureau of Economic Researc**, 2021.
- AMORIM, Daniele; JÚNIOR, Francisco P. Mascarenhas; MATOS, Jersiton Tiago; BRITO, Alex. A crise do CORONAVÍRUS e seus desdobramentos sobre o nível de Renda no Maranhão. **Grupo de Análise em Política Econômica (GAPE)**, São Luís, 2020. Disponível em: <<https://gape.ufma.br/publicacoes/>>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia. (Orgs.) A perda da razão social do trabalho. São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2007.
- BALTAR, Carolina Trancoso. **Estrutura ocupacional, emprego e desigualdade salarial no Brasil de 2014 a 2019**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2020.
- BARBOSA, Rogério Jerônimo. **Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019)**. Brasília: Ipea, 2019. (Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 67).
- BRITO, Alex; AMORIM, Daniele; JÚNIOR, Francisco P. Mascarenhas; MATOS, Jersiton Tiago. Os impactos da crise do coronavírus sobre o nível de emprego no Maranhão. **Grupo de Análise em Política Econômica (GAPE)**, São Luís, 2020. Disponível em: <<https://gape.ufma.br/publicacoes/>>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- BUCEVSKA, Vesna. Determinants of income inequality in EU candidate countries: A panel analysis. **Economic Themes**, v. 57, n. 4, p. 397-413, 2019.
- CATELAN, Davi Winder; CUNHA, Marina Silva da. Realocação setorial da ocupação e seus efeitos sobre o crescimento da informalidade no Brasil no período 2015-2018. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 27, p. e232704, 2023.
- CIRINO, Jader Fernandes; LIMA, João Eustáquio. Determinantes dos rendimentos no mercado de trabalho nacional: Uma comparação entre os gêneros e entre as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. **Nexos Econômicos**, v. 5, n. 2, p. 107-136, 2011.
- DUARTE, Leandro Batista. Determinantes da informalidade e desemprego no mercado de trabalho da região metropolitana do Recife no período de 2010. **Revista de Estudos Sociais**, v. 22, n. 45, p. 37-62, 2020.
- DA SILVA, Thais; KAMIMURA, Quésia Postigo; DE OLIVEIRA, Adriana Leônidas. O indicador renda e trabalho nos municípios do Maranhão a partir do índice de vulnerabilidade social. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 21, n. 11, p. 20114-20132, 2023.
- DA SILVA COLOMBO, Nathalia; FERREIRA, Carlos Roberto. Estrutura e Desigualdade da Renda na Região Nordeste, de 2004 a 2015. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 8, n. 2, p. 87-111, 2019.

DE AGUIAR, Maria Adreciana Silva. Determinantes da perda de emprego e redução dos salários durante a pandemia de covid-19. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, n. 4, p. 173-187, 2023.

DE MACEDO, Fernando César; PORTO, Leonardo Rodrigues. **Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018): apontamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Texto para Discussão, 2021. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240846/1/td-2652.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DE OLIVEIRA, Alanna Santos; DE OLIVEIRA, Welber Tomás; BRAZ, Douglas Dias. **Transformações no mercado de trabalho brasileiro durante os anos 2010: o avanço da informalidade na estrutura ocupacional**. 2024.

DUQUE, Daniel. Desalento desafia percepção de melhora no mercado de trabalho. **Blog do IBRE FGV**, 10 jun. 2019. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/desalento-desafia-percepcao-de-melhora-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 23 out. 2024.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: **Companhia Editora Nacional**, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8106048/mod_resource/content/1/Celso%20Furtado%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

GASPARINI, Leonardo *et al.* **Characterizing female participation changes**. Bridging gender gaps, p. 151-173, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trimestral**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2023_4tri.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Rendimento de todas as fontes**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102000>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Novos indicadores sobre a força de trabalho: Brasil – 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_201603_trimestre_novos_indicadores.pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O desalento das pessoas que desistiram de procurar trabalho**. Agência IBGE de Notícias, 05 jun. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21318-o-desalento-das-pessoas-que-desistiram-de-procurar-trabalho>>. Acessado em: 9 set. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rendimento mensal domiciliar per capita**. Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>>. Acessado em: 1 dez. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de desenvolvimento humano**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>>. Acessado em: 24 jan. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: novos indicadores sobre a força de trabalho**. Trimestre de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202002_trimestre_novos_indicadores.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 5917 - População, por sexo**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5917>>. Acessado em: 9 set. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 6403 - População, por cor ou raça**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>>. Acessado em: 9 set. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 6813 - Indicadores de desocupação e subutilização da força de trabalho**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6813>>. Acessado em: 9 set. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 4093 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, em situação de informalidade e respectivas taxas e níveis, por sexo**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2023. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4099>>. Acessado em: 9 set. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, Brasília: 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>>. Acesso em: 23/07/2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024. **Força de trabalho brasileira atinge 109,4 milhões de pessoas e população ocupada chega a 101,8 milhões**. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15358-forca-de-trabalho-brasileira-atinge-109-4-milhoes-de-pessoas-e-populacao-ocupada-chega-a-101-8-milhoes#:~:text=A%20an%C3%A1lise%20at%C3%A9%20o%20segundo,chegou%20a%20101%2C8%20milh%C3%B5es>>. Acesso em: 04/11/2024.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, tradução de Mário R. da Cruz. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KORINEK, Anton; STIGLITZ, Joseph E. Artificial intelligence and its implications for income distribution and unemployment. In: The economics of artificial intelligence: An agenda. **University of Chicago Press**, 2018. p. 349-390.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, v. 32, p. 325-342, 2019.

MACHADO, Beatriz Lima; BRITO, Alexsandro Sousa. Dinâmica do mercado de trabalho formal no Nordeste: Criação e destruição de empregos de 2001 a 2016. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 64558-64569, 2020.

MUNIZ, Thiago Souza. **A influência do mercado de trabalho na desigualdade de renda no Maranhão: um diagnóstico para o período de 2012 a 2020**. 2023. 77 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

NEDER, Raquel do Nascimento. **Desenvolvimento econômico, estrutura e diversificação produtiva: Uma abordagem voltada para o estado do Maranhão**. 2020. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO. **Boletim Periódico Ano 12**. n. 4. São Luís: Grupo de Análise de Políticas Públicas e Planejamento (GAEPP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2023. Disponível em: <<https://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio/308-boletim-periodico-ano-12-2023-n-4>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO. **Boletim Periódico Ano 8**. n. 3. São Luís: Grupo de Análise de Políticas Públicas e Planejamento (GAEPP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2019. Disponível em: <<https://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio/290-boletim-periodico-ano-11-2022-n-3-2>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

OLIVEIRA, F. J. G. de. **A dinâmica do mercado de trabalho brasileiro: Uma análise empírica**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). (s.d.). Emprego Informal. **Tesouro da OIT**. Disponível em: <<https://metadata.ilo.org/thesaurus/936921656.html>>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). (s.d.). **Trabalho Decente**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). (s.d.). Desempregado. **Tesouro da OIT**. Disponível em: <<https://metadata.ilo.org/thesaurus/-1575269306.html>>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

OTTONI, Bruno. A qualidade dos empregos pós-pandemia. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 78, n. 3, p. 30-31, 2024.

PEREIRA, Edyr de Jesus Alves *et al.* Determinantes da desigualdade de renda no Maranhão: uma interpretação para o período de 2012 a 2019. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 3, p. e3616-e3616, 2024.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes *et al.* **Economia maranhense de 1890 a 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento.** 2016. 244 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

SABOIA, João *et al.* Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 2, p. e212521, 2021.

SABOIA, João. **Desalentados no Brasil—Caracterização e Evolução no Período 2014/2019.** 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. Mercado de trabalho do Nordeste teve perda permanente na recessão de 2014-16, mas não na pandemia. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 77, n. 04, p. 6-9, 2023.

SANGEETHA, S.; USHA, S. Impact of Climate Change on the Labor Market. **ECS Transactions**, v. 107, n. 1, p. 11287, 2022.

SEBRAE. **Pequenos negócios são a principal força da economia do Maranhão.** Disponível em: <<https://ma.agenciasebrae.com.br/cultura-empreededora/pequenos-negocios-sao-a-principal-forca-da-economia-do-maranhao/>>. Acesso em: 23/10/2024.

SILVA, Fábio José Vieira da. **Impactos socioeconômicos causados pelo auxílio emergencial: uma análise na renda dos beneficiários do Estado do Maranhão em 2020.** 2023. 56 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

SILVA, Rafael Thalysson Costa. **Desenvolvimento regional e mercado de trabalho formal: uma análise para o Maranhão e suas regiões geográficas no período de 2000 a 2016.** 2019. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico / CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

TOCHETTO, Daniela G. *et al.* Crescimento pró-pobre no Brasil-uma análise exploratória. **Encontro Nacional de Economia**, v. 32, 2004.

TOREZANI, Tomás Amaral. Decomposição do crescimento da renda per capita do Brasil: uma abordagem regional-setorial. **Nova Economia**, v. 32, n. 2, p. 427-476, 2022.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; DE ARAÚJO, Juliana Bacelar. Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 1, p. 23-45, 2019.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; DE ARAÚJO, Juliana Bacelar. Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil de 2012 a 2019. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 2, p. e020009-e020009, 2020.

TROVÃO, C. J. B. M. A pandemia da Covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. **Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, 2020.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; DEDECCA, Claudio Salvadori. Os anos 2010 no Brasil: uma década perdida nas dimensões produção, produtividade e trabalho. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 1, p. 123-147, 2024.

WIQ - WORLD INEQUALITY LAB. **World Inequality Report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2022. Disponível em: <<https://www.wid.world/download/>>. Acesso em: 15/08/2023.